



**Universidade Estadual do Ceará**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Demarcando “*Os sertões*”: A formação do Nordeste na obra de Euclides da  
Cunha.

Pedro Victor Moura Lima

Fortaleza

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Pedro Victor Moura Lima

Demarcando “Os sertões”: A formação do Nordeste na obra de Euclides da  
Cunha.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Manuela Barros de Andrade

FORTALEZA

2019

PEDRO VICTOR MOURA LIMA

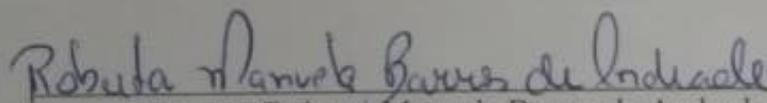
DEMARCANDO OS SERTÕES: A FORMAÇÃO DO NORDESTE NA OBRA DE  
EUCLIDES DA CUNHA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

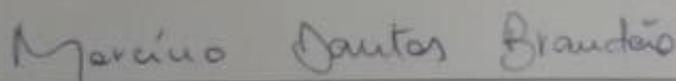
Aprovada em: 20 / 08 / 2019

BANCA EXAMINADORA

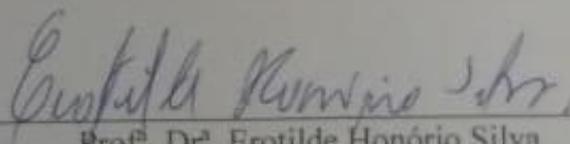


Prof. Dr. Roberta Manuela Barros de Andrade  
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Marcílio Dantas Brandão  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Erotilde Honório Silva  
Universidade Federal do Ceará – UFC

## Agradecimentos

Creio que no sentimento de gratidão encontramos uma face do próprio Deus. De forma que, ao expressar meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a realização do presente trabalho, louvo ao Deus no qual creio, aquele que se manifesta na solidariedade e no amor ao próximo. Um Deus presente não no toque unilateral da criação, retratado nos inalcançáveis tetos das catedrais, mas nas mãos que se encontram e constroem, JUNTAS, um mundo melhor.

Agradeço aos meus pais, Júlio Sérgio Soares Lima e Hilda Mesquita Moura Lima, bem como ao meu irmão, André Luís Moura Lima, por toda ajuda, paciência e carinho que sempre me deram

Serei sempre grato a minha esposa, Samaira Rodrigues Lopes, por dividir comigo as dificuldades e delícias da vida. Te amo, cabocla!!!

Agradeço à Professora Roberta Manuela Barros de Andrade, não apenas pela orientação, sem a qual o presente trabalho não teria sido possível, mas, também, pelos exemplos de profissionalismo e humanidade, demonstrados em profusão ao longo desses dois anos. Muito obrigado por toda sua compreensão e generosidade, Professora!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE, sobretudo, aos professores: Kadma Marques, Geovanni Jacó, Mônica Martins, Lia Pinheiro, Marcílio Dantas, Welligton Maciel e João Tadeu.

Agradeço, também, aos queridos funcionários do PPGS: Cristina, Princesa e José. Obrigado pela Paciência.

In Memoriam de minha querida avó materna, Maria de Deus de Mesquita Moura.

*“O nosso bom Conselheiro está no céu” ...*

Antônio, o beatinho.

## RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o espaço que Euclides da Cunha reserva aos sertanejos, tendo em vista não apenas a configuração ambiental e social que circunscreve essa população, na forma em que é percebida pelo autor, mas, também, o que o escritor preconiza em relação ao modo como o espaço em questão se insere em um panorama nacional visando a atender ao seu projeto de nação. Desse modo, o conceito de região permite uma mediação entre o nível local e o nacional, de um modo que seja possível, justamente, uma análise que, esmiuçando uma realidade particular, não perca de vista a compreensão do espaço nacional com um todo, ou que, ao menos, estabeleça uma relação com esse panorama mais amplo. A hipótese sugerida é que Euclides da Cunha possui uma posição de destaque na concepção de um padrão de organização dos espaços do Brasil, levando-se em conta, além dos cenários naturais e humanos consagrados em seus livros, os arranjos espaciais que se configuram em sua obra.

Palavras-chave: Espaço, Região, Euclides da Cunha,

## ABSTRACT

The present research seeks to understand the space that Euclides da Cunha reserves to the sertanejos, not only considering the environmental and social configuration that circumscribes this population panorama in order to attend to its project of nation. In this way, the concept of region allows a mediation between the local and the national level, in a way that is possible, precisely, an analysis that, in a particular reality, does not lose sight of the understanding of the national space with a whole, or at least, to relate to this larger picture. The suggested hypothesis is that Euclides da Cunha has a prominent position in the conception of a pattern of organization of spaces in Brazil, taking into account, in addition to the natural and human scenarios consecrated in his books, the spatial arrangements that are configured in his work., in the way in which it is perceived by the author, but also what the writer advocates in relation to the way in which the space in question is inserted in a national.

Keywords: Space, Region, Euclides da Cunha.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo 1: O campo intelectual brasileiro, o ideário republicano e Euclides da Cunha.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 O Livro Vingador, Campo Intelectual e Militarismo.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 O Mosaico Cultural da República e o Advento de Canudos.....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 2: Saberes e Espaços em Formação .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 As fronteiras entre Literatura e Sociologia em Os sertões .....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Os sertões: entre o litoral e o sertão.....</b>	<b>48</b>
<b>2.3 O sertão, o nordeste e a unidade nacional.....</b>	<b>51</b>
<b>Capítulo 3: Como o Nordeste é (re)desenhado em Os Sertões .....</b>	<b>55</b>
<b>3.1. Os “espaços” em Os Sertões.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Limites e Desafios da Espacialidade de Os sertões.....</b>	<b>61</b>
<b>3.3. Os espaços e a configuração de um Estado Nacional.....</b>	<b>65</b>
<b>3.4 A espacialidade de <i>Os sertões</i> e Canudos.....</b>	<b>70</b>
<b>3.5 O sertanejo e a Nação.....</b>	<b>75</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>82</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>86</b>

## Introdução

O que dizer de um autor a quem já se atribuiu o sopro de vida que animou a população brasileira?! Diante de tal empreitada, a postura que se assume, muitas vezes, é a de um respeito, que tende a reproduzir discursos que apontam o autor em questão como uma espécie de divindade criadora. O círculo laudatório que então se configura, em torno desse escritor, nutre-se de uma retórica essencialista que privilegia as intenções e os valores, em detrimento do real conteúdo de sua obra.

O autor de que se fala o acima mencionado é Euclides da Cunha, e os valores e intenções que o premiam com uma aura de quase divindade aduzem ao seu papel de arauto do que seriam os reais problemas do país, de promotor de identidades submersas nas profundezas de um território inexplorado. Quanto ao sopro, que teria resgatado a população brasileira do estado letárgico em que se encontrava, vem de pulmões que respiraram os ares do final do século XIX, infectados por ideologias conservadoras, que, sem sombra de dúvidas, ainda circulam na atmosfera social e política brasileira.

Euclides da Cunha se tornou um paradigma. Desvencilhar-se dele parece não ocorrer sem traumas, apesar de todo o tempo transcorrido desde a sua prematura morte, em 1909. Traumas que, muitas vezes, se manifestam na forma de antagonismos. De um lado, aqueles para quem o autor representa um símbolo da busca por uma explicação da realidade brasileira, a partir de padrões pretensamente universais. Do outro, os que procuram se desvencilhar da visão euclidiana, tendo que admitir, contudo, o peso dessa na constituição do pensamento social brasileiro.

O polarizado cenário político brasileiro da atualidade fornece amostras da apropriação da obra de Euclides da Cunha, por parte de grupos políticos antagônicos, que disputam a projeção de suas narrativas no horizonte cultural do país. Duas referências à obra de Euclides Cunha revelam o vigor de sua influência em termos de interpretação da realidade brasileira. Mais do que um mergulho no conteúdo de seus livros, o que é perceptível, nos exemplos que se seguem, é o autor de *Os sertões* servindo como parâmetro de postura intelectual, na fala de duas figuras icônicas do atual cenário político brasileiro.

Munido de um rifle *winchester*, o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, nos intervalos entre um tiro e outro, assevera que a obra de Euclides da Cunha é a última contribuição das Escolas Militares para “a alta cultura nacional.” A fala do ideólogo

brasileiro, acessível na plataforma de vídeo Youtube, ocorre em meio a uma disputa política envolvendo partidários do governo Bolsonaro. Embora com o claro intuito de desmerecer a ala militar do governo, a quem atribui uma má compreensão da política nacional, decorrente de uma deficiência na formação das Escolas Militares, Olavo de Carvalho promove Euclides da Cunha a representante de uma organização com um longo histórico de intervenções no cenário político e intelectual do país.

Cabe ressaltar a utilização da expressão “alta cultura nacional”. Sem sombra de dúvidas, Euclides da Cunha deu sua contribuição para a “alta cultura nacional”. Ele contribuiu, inclusive, para a difusão dessa ideia, que ressalta a distinção entre uma cultura inferior e uma superior, entre a selvageria e a barbárie, ainda que, da mesma forma que Olavo de Carvalho, Euclides da Cunha também fizesse sérias ressalvas quanto à inclusão das forças armadas brasileiras no âmbito da civilização. É contra essa prerrogativa de determinar quem é superior ou inferior, desfrutada, obviamente, por quem se julga superior, que diversos grupos, apontados como inferiores, levantam-se em prol de autodeterminação e valorização de suas culturas.

Nesse sentido, o Ex-presidente Lula, depois de meses sem se pronunciar publicamente, falou das “mentiras de Euclides da Cunha”, na primeira entrevista que concedeu após sua prisão. Perguntado sobre como vinha utilizando seu tempo na prisão, o ex-presidente destacou um curso que teria feito sobre Canudos, o qual, nas palavras de Lula, se propunha a “recontar a História”, “mostrando as mentiras que Euclides da Cunha contou”. Percebe-se, então, que, mesmo um curso cuja proposta é mostrar uma Canudos diferente daquela que figura nas páginas de Os sertões, estabelece, como parte de seu programa, a obra do próprio Euclides da Cunha, da qual procura se desvencilhar. Desse modo, a narrativa de Euclides da Cunha representa o discurso dominante, uma espécie de versão oficial dos fatos, acionada mesmo quando se pretende negá-la, dado o seu grande alcance.

Após referir-se à Canudos, Lula propõe aos realizadores do Curso que promovam iniciativas semelhantes referentes à “todas as lutas sociais do Brasil”, o que não apenas situa Canudos dentro de uma conjuntura maior, a das lutas sociais do Brasil, como também institui uma vertente interpretava desses conflitos, aos quais o próprio Lula procura se incluir, na medida em que ele, também, figuraria como adversário de uma narrativa dominante, assim como o foram sertanejos de Canudos e aqueles que integraram as demais lutas sociais.

Desse modo, pode-se perceber que as referências à Euclides da Cunha extrapolam o tema Canudos. E não apenas por que Euclides da Cunha compartilha de uma interpretação conservadora da sociedade brasileira, a qual excede o exame das razões do conflito no norte baiano, mas porque o autor de *Os sertões* contribuiu para situar o povo brasileiro dentro de uma realidade inteligível para as elites letradas de seu período. Nesse sentido, o escritor fluminense dá continuidade ao projeto de busca por uma identidade nacional, cujas origens remontam o indianismo romântico de José de Alencar e Gonçalves Dias.

Euclides da Cunha, pode-se afirmar, encabeçou o projeto de construção de uma identidade brasileira, munido de recursos teóricos, culturais e políticos, bem como de expectativas e objetivos, comuns no período e no contexto social em que viveu. O autor, de fato, projetou, para a pequena parcela letrada da população brasileira do início do século XX, realidades e sujeitos que encontravam-se à margem dos debates e projetos nacionais. Contudo, Euclides da Cunha não retirou dessas sociedades o rótulo de marginais. Pelo contrário, sua obra tem por escopo, justamente, firmar um posicionamento específico para aqueles sobre os quais o escritor fluminense se debruçou em seus estudos. Uma posição rigidamente firmada, a partir de uma retórica racista e cientificista, que determina um inconfundível lugar de fala para o escritor e a sociedade a que se dirige, “nós”, e outro para a população de que trata em sua obra, “eles”.

Os sertanejos de que trata Euclides da Cunha, em *Os sertões*, estão isolados no espaço e no tempo do restante da população brasileira. O isolamento geográfico e social ao qual estiveram sujeitos durante séculos os tornou alheios às mudanças demográficas e culturais que se operavam no restante do território brasileiro. Valendo-se da metáfora bíblica citada no início dessa introdução, pode-se dizer que, se Euclides da Cunha deu o sopro de vida que animou essa população, ele não a retirou do Jardim do Éden, um lugar parado no tempo, mas ameaçado pelo fruto proibido da civilização. Ora, diante de tal ameaça, pode-se presumir que os tais valores civilizados não eram desejado pelo autor, pelo menos no que se refere aos sertanejos.

De fato, Euclides da Cunha observava, com sérias reservas, o que ele julgava ser a degeneração da sociedade do litoral, causada pela multiplicação dos cruzamentos raciais e pelo avanço do que o autor denominou de “civilização de empréstimo”, ou seja, pela adoção, quase que mecânica, de valores e ideais de outras sociedades. Nesse termos, o sertanejo, homiziado em uma natureza ignorada pelas ciências, estaria resguardado desse processo de perda de identidade, prevalecendo, em sua sociedade, uma dinâmica de

organização e de pensamento ainda primitiva. Desse modo, o isolamento da população sertaneja poderia garantir o desenvolvimento, em “dilatado tempo”, de uma “raça” especificamente brasileira, advinda de uma padrão de mestiçagem equilibrado, dada a não inclusão de novos elementos étnicos em seu caldeamento racial.

Assim, a busca por uma identidade nacional, para Euclides da Cunha, passa, necessariamente, pelo reconhecimento do que seria uma raça brasileira, atendendo às exigências das ciências do período que encontravam-se comprometidas com os discursos nacionalistas, acionados a propósito das disputas imperialistas. Dessa maneira, o Brasil só tomaria parte no chamado “concerto das nações” se superasse a sua mestiçagem e o seu consequente caráter indefinido. E era a essa demanda que o sertanejo, encerrado em sua primitiva sociedade, longe da influência genética de raças estrangeiras e de uma civilização que o esmagaria, vinha a atender. E é, desse modo, que essa população sertaneja e o seu “habitat” teriam um lugar de destaque no cenário nacional. Um lugar específico e que deveria ser preservado em suas especificidades.

Nesse sentido, indaga-se: qual o espaço ambiental e social no qual Euclides da Cunha situa os sertanejos? Como este espaço preconizado pelo escritor se insere em um panorama nacional? Qual o projeto que o autor tinha para esse espaço? E em que medida este projeto consolidou para gerações vindouras o conceito de regionalização que recairia na construção do Nordeste brasileiro? Como Os Sertões estabeleceu, enfim, um modelo de articulação dos espaços do Brasil que endossam o poder de fazer ver o Nordeste como algo como distinto, único, separado do contexto nacional? Estas indagações ainda recaem sobre outras: qual o lugar de fala de Euclides da Cunha? A partir de quais parâmetros discursivos ele constrói o conceito de regionalização que seria, décadas depois, incorporado por amplos setores da política e da ciência para dizer o Brasil?

Nesse contexto, a presente pesquisa busca, justamente, compreender o espaço que Euclides da Cunha reserva aos sertanejos, tendo em vista não apenas a configuração ambiental e social que circunscreve essa população, na forma em que é percebida pelo autor, mas, também, o que o escritor preconiza em relação ao modo como o espaço em questão se insere em um panorama nacional visando a atender ao seu projeto de nação. Ou seja, além da questão de como Euclides da Cunha interpreta o espaço sertanejo, impõe-se à essa pesquisa a questão de qual o projeto que o autor tinha para esse espaço, considerando suas implicações para o cenário nacional.

A hipótese levantada por essa pesquisa é que as questões acima propostas corroboram, uma com a outra, em suas respostas. Nesse contexto, pode-se constatar que tanto a interpretação que Euclides da Cunha deu ao espaço sertanejo foi orientada pelo seu projeto racial e científico, o qual lhe impunha sérias amarras quanto à análise da realidade sertaneja, como esse projeto foi alterado pela experiência do autor no palco dos conflitos da guerra de Canudos.

Destarte, a metodologia utilizada visa a aprofundar uma análise do ambiente social, científico e político que circundou o autor, e de sua trajetória intelectual e política, com ênfase no processo de elaboração do livro *Os sertões*. Para tanto, torna-se necessário um método de pesquisa que cruze, por exemplo, as nuances do contexto político e social em que viveu o autor com a recepção de sua obra, ou que associe o seu referencial teórico com o impacto por ele sentido em Canudos.

Esse método relacional é o que é sugerido por Howard Becker (2007), quando apregoa uma análise da sociedade baseada na conectividade de seus elementos. “Quando pensamos assim, enfatizamos a conectividade, e não a repetição” (BECKER, 2007, p.65). Nesse contexto, pensar em termos de relação é dar vazão ao movimento, às múltiplas possibilidades abertas pela pesquisa, tanto em termos do engajamento de novos elementos quanto em mudanças envolvendo questões anteriormente admitidas. No que se refere à análise de uma obra literária, essa perspectiva relacional contribui por borrar a linha entre conteúdo e contexto, configurando a proposta elaborada por Antônio Cândido de uma “análise totalizadora”, “transitando do texto para a sociedade e da sociedade para o texto” (CECARELLO, 2018).

Transposta ao estudo do espaço físico, esse método relacional permite um aprofundamento nos espaços de que trata o autor em sua obra, sem que isso signifique um caminho sem volta. Ou seja, possibilita ao pesquisador não se restringir a um dos espaços sugeridos pelo escritor, como o litoral e o sertão, mas vislumbrar o contexto geral no qual se configuram esses recortes. O que se pretende é dotar a obra de movimento, apresentando os espaços como instantes, ou seja, como arranjos mutáveis, tanto em relação ao tempo, quanto ao referencial espacial com que são observados.

Desse modo, o conceito de região permite uma mediação entre o nível local e o nacional, de um modo que seja possível, justamente, uma análise que, esmiuçando uma realidade particular, não perca de vista a compreensão do espaço nacional com um todo,

ou que, ao menos, estabeleça uma relação com esse panorama mais amplo, pois, como ressalta Souza (2016, p.116), “nenhuma região poderia ser explicada isoladamente.” Destarte, analisar a região Nordeste na obra de Euclides da Cunha é buscar compreender de que modo o autor procurou equacionar sua interpretação do espaço em questão, em um molde abrangente, de tal forma que seja possível localizar o sertanejo em um contexto nacional, ainda que as informações pertinentes à região de origem desse sertanejo sirvam como um filtro de análise.

Neste contexto, uma compreensão relativista dos espaços é bastante evidente na medida em que revela que um mesmo evento pode ser colocado em dois espaços diferentes, a depender do referencial a que se recorre. Dessa forma, o método de análise espacial adotado por esta pesquisa baseia-se numa visão relativista do espaço. “De uma perspectiva relativista, o espaço em sua relevância sociológica é, portanto, sempre o resultado de um processo de arranjo”(LÖW, 2016, p.10, apud CALABRIA, p.3). Esses referenciais decorrem não apenas de um arbítrio pessoal mas também da configuração de padrões de organização do espaço que não dizem respeito apenas a aspectos materiais como também a modelos de organização mental.

Nesta direção, a hipótese que proponho é que Euclides da Cunha possui uma posição de destaque na concepção de um padrão de organização dos espaços do Brasil, levando-se em conta, além dos cenários naturais e humanos consagrados em seus livros, os arranjos espaciais que se configuram em sua obra. Destaca-se, nesse contexto, além do que se poderia denominar de uma tendência à compartimentação dos espaços a imersão dos mesmos em esferas mais abrangentes, cujos significados englobem os fragmentos concebidos, conferindo, assim, estabilidade e hierarquia às relações espaciais.

Entre as duas tendências acima descritas, há o movimento, o que nos remete, também, à dimensão temporal da formação dos espaços. Nesse sentido, conforme salienta Santos (2003, p.61), “escala é tempo e não espaço, porque ela será outra coisa em outro tempo concreto e empírico”. Assim, as formações espaciais decorrem de um devir, o que, em uma perspectiva abrangente, insere as concepções espaciais do autor dentro de um contexto histórico, o que, por um lado, retira do autor a condição de demiurgo, fundador de um espaço-tempo, por outro, permite apreender as transformações, reelaborações, sínteses e críticas, que por ventura tenham acontecido (ou venham acontecendo), nas elaborações espaciais do autor.

Nesse sentido, não só o espaço revela-se em movimento mas também a própria obra que sai da condição de “monumento” -- na qual o símbolo “ultrapassa o próprio conteúdo do livro” (ABREU,2002, p.227)-- e apresenta-se de maneira dinâmica. A metodologia de análise de uma obra como *Os sertões* inclui, portanto, uma imersão profunda em seu texto, no sentido de ultrapassar aquilo que seriam os seus significados emblemáticos, observando-os em um contexto de relações textuais mais amplas que leve em consideração todas partes do texto. Nesse sentido, por mais banal que possa parecer essa ressalva, uma análise da obra de Euclides da Cunha deve compreender uma leitura profunda e crítica desta que leve em consideração o arcabouço teórico utilizado pelo autor bem como a trajetória de construção da obra.

A banalidade do método acima proposto se desfaz em razão da força do símbolo que induz à reverência ou mesmo à veneração. Sobre a relação público-obra ensejada por *Os sertões*, Kothe (2002, p.256) ressalta: “o leitor, de tanto ser induzido ao respeito, perdeu o senso crítico à respeito”. Nesses termos, uma leitura que desconstrua o monumento é, muitas vezes, um exercício iconoclasta que põe em questão significados que, ao longo do tempo, se sedimentaram, em razão das muitas vozes empenhadas na aclamação da obra na qual “todas as formas de monumentalização são discursivamente constituídas” (ABREU, 2002, p.228).

Ademais, cabe ressaltar que a própria estrutura da obra conduz, muitas vezes, a uma visão parcial da mesma. “Deixou-se de ver o ocultamento existente na sinédoque, assim como se deixa de explorar a capacidade dela ressaltar uma totalidade [...]”(Kothe, 2002, p.256). Ou seja, não apenas tem-se deixado de verificar a obra em toda a sua amplitude e diversidade como se tem perdido de vista o que as “partes sintomáticas e marcantes” têm passado a representar em um processo de naturalização de alguns significados. Tendo em vista a ênfase nas partes, que marca o estilo euclidiano, pode-se perceber que, além de um significado geral e sintético para o conjunto da obra, o texto de Euclides da Cunha é pontilhado de símbolos e monumentos, como, por exemplo, os “higrômetros singulares” formado pelos restos mortais de um soldado e de seu cavalo, verdadeiros monumentos à seca.

O método proposto por esta pesquisa, para a compreensão desses monumentos, nomeadamente os sertões do Norte –compreendido como resultado de um esforço de monumentalização na medida em que procura sintetizar, de uma maneira inteligível, os múltiplos movimentos de enquadramento de uma realidade fluida e diversa – é o de

conexão dos enunciados consubstanciados nesses símbolos com as totalidades que eles representam. A proposta é apreender o modo como esses significados circulam nos mais diversos meios. Trata-se, como sugeriu Becker (2007, p.69), de analisar “todas as conexões que aquilo que você estuda tem com todas as outras coisas à sua volta, com seu contexto”

O método sugerido por Becker reforça a proposta de captação do movimentos da (e na) obra, uma vez que toma os objetos (incluindo-se “os intangíveis objetos sociais”) como uma atividade, ou seja, “a encarnação física de todas as ações que todos praticaram para lhe dar existência”(BECKER, 2007, p. 72). O monumento é apenas um momento do movimento, ou seja, é uma resultante de diversas influências bem como um fragmento de um contexto bem maior. Nesse sentido, esta pesquisa concentrasse em análises bibliográficas e documentais, tendo em vista a produção e apropriação de enunciados da obra de Euclides da Cunha que revelam como esta tem sido utilizada para sedimentar uma ideia de Nordeste.

A presente pesquisa procura, assim, entender a forma como Euclides da Cunha contribui para o estabelecimento de um modelo de articulação dos espaços do Brasil, tendo em vista o estabelecimento de enunciados que endossem uma “di-visão” (BOUDIEU, 1989) da realidade, ou seja, o poder de fazer ver algo como distinto, único, separado. Nesse contexto, as divisões são pensadas não apenas em termos de cenários naturalmente distintos, mas como partes que se quer destacar de um todo, o qual, por sua vez, também resulta desse poder de “di-visão”. Destarte, a produção de um escritor, por mais fechada em fronteiras regionais que possa parecer, atravessa e é atravessada por uma dinâmica espacial, que evidencia padrões socialmente construídos de compartimentação da realidade.

A obra de Euclides da Cunha compõe uma verdadeira narrativa das escalas na qual as transições entre as mesmas, os deslocamentos, os recortes, ou mesmo os olhares apresentam um significado diferente no que poderia se chamar de relações escalares. Trata-se, portanto, de uma trama dos espaços, se por trama compreende-se além de um conjunto de elementos que se enleiam, uma sucessão de eventos que compõem uma narrativa. Nesse contexto, o Nordeste surge como o resultado de um conjunto de ações, que o relacionam a diversos espaços e contextos. Esta pesquisa tem, portanto, por escopo compreender a configuração do espaço nordestino na obra de Euclides da Cunha, a partir de uma perspectiva relacional dos espaços, que leve em conta como o recorte é

estabelecido diante do todo que o comporta e das outras divisões admitidas nessa totalidade.

Nesse sentido, este trabalho procura desvendar a lógica dessa trama, levando em conta o personagem por trás dos espaços em diálogo, o próprio autor, o qual, seguindo uma orientação positivista, procura se esconder em pronomes impessoais, ou na figura de um viajante imaginário: “E ao tornar da travessia o viajante, pasmo, não vê mais o deserto.”(CUNHA, 2016,p.76). Diante disso, é preciso destacar que, para esta pesquisa, as composições espaciais que figuram na obra de Euclides da Cunha, quer seja em *Os sertões*, em *À margem da História*, ou em qualquer outra obra do escritor, correspondem a elaborações intelectuais do autor, e, como tais, configuram uma realidade *per si*, ou seja, independem de qualquer julgamento de veracidade.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a obra *Os Sertões* contribuiu, de forma marcante, para constituição de um referencial que serve de anteparo aos escritores regionalistas, tanto em sua forma como em seu conteúdo. Em ambas as dimensões, o que se observa é uma versatilidade que incide, principalmente, nas inúmeras apropriações de uma obra, cujas indefinições, muitas vezes, são encaradas não apenas como méritos, mas como o prelúdio de novas fronteiras a serem integradas aos domínios da obra, dotando-a de um caráter abrangente e, sobretudo, versátil. Assim, este trabalho se detém sobre esta obra e os significados que o regional e o nacional adquirem ao longo de suas páginas.

Procura-se, antes de tudo, desnaturalizar a região Nordeste, desconstruindo a "pseudo-unidade", que emerge do recorte regional. Desta feita, creio que Euclides da Cunha, como escritor ao refletir, em suas obras, "a verdadeira face de sua terra", pode ser compreendido como um intérprete da realidade que o circunda, colaborando, a partir de suas perspectivas, para a construção de uma "dizibilidade", sobre a qual se sustenta a unidade regional. Saliento, então, que se trata não de uma divisão “objetiva” mas de uma construção política na qual a subjetividade do autor se destaca. Os "aquis" e "lás" são situações contingentes, resultantes de certa conjuntura que ressalta determinados aspectos da realidade, tais como o meio, a raça, ou a produção econômica, como definidores de um lugar de fala.

Desse modo, e seguindo a lógica dos deslocamentos espaciais, essa pesquisa se divide em quatro capítulos que procuram captar movimentos da vida e da obra de Euclides da Cunha. Obviamente, serão privilegiados os percursos que apontem para os sertões

nordestinos, os quais serão trilhados a partir de deslocamentos que não percam de vista o panorama geral que o circunscreve. Nesse sentido, mesmo quando a pesquisa abordar um enquadramento bastante preciso, como as dinâmicas corporais do sertanejo, procurará não perder de vista o ambiente intelectual que demanda tais análises.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, procura-se compreender como Euclides da Cunha transitava no meio intelectual e científico do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, ganha destaque a formação do engenheiro que se fez escritor, do militar que trocou o sabre pela pena, fazendo da atividade intelectual uma empreitada varonil, em consonância com os princípios dos quartéis. Desse modo, procura-se apreender como o ambiente que circunscrevia Euclides da Cunha possibilitou tais orientações nas suas adesões profissionais e intelectuais, tendo em vista a forma como eram percebidas, no Brasil de então, as incumbências e atribuições da atividade científica, militar e literária, além de dar ênfase às concepções espaciais desenvolvidas pelo escritor. Destacam-se, nesse contexto, o engajamento do autor com uma proposta centralizadora de organização territorial e política. Ainda tendo como referência o espaço, procura-se nesse capítulo compreender como o autor se apropria dos itinerários dos sertanejos de Canudos, para reforçar uma impressão de bloco regional, o qual pode ser melhor compreendido à luz da antropogeografia, também analisada nesse capítulo.

No segundo capítulo, procura-se estabelecer uma compreensão ampla da compartimentação dos espaços no pensamento de Euclides da Cunha. Nesse sentido, antes de uma imersão no texto euclidiano, procura-se compreender como o autor percebia as fronteiras entre arte e ciência, ou antes, como ele transitava por tais fronteiras. Destacam-se, ainda nesse capítulo, uma análise das dicotomias e ambiguidades suscitadas por Euclides da Cunha e de como elas se reproduziram no pensamento social e político do Brasil.

Por fim, o terceiro capítulo procura promover uma maior imersão no texto euclidiano, tendo em vista as configurações espaciais que se destacam na obra euclidiana. Essa imersão, contudo, não se faz sem uma análise do contexto político da época, o qual trazia questões como a corrida imperialista entre as nações economicamente desenvolvidas e a relação do Brasil em tal cenário. Nesse contexto, adquire destaque a compartimentação do espaço como um mecanismo de controle, o qual incide, inclusive, sobre os corpos humanos.



## **Capítulo 1: O campo intelectual brasileiro, o ideário republicano e Euclides da Cunha.**

### **1. O Livro Vingador, Campo Intelectual e Militarismo**

Segundo Euclides da Cunha, *Os Sertões* foi escrito com o escopo de vingar os sertanejos massacrados na Guerra de Canudos. A obra seria, portanto, um “livro vingador”, na medida em que não poupa de críticas os algozes do arraial conselheirista. Não obstante Euclides da Cunha ser taxativo quanto a sua intenção de denunciar o crime que vitimara os sertanejos em Canudos, em nenhum momento o escritor fluminense procura, de fato, dar voz às pessoas afetadas pela guerra nos sertões. Na realidade, tal postura seria bastante improvável, tendo em vista as concepções raciais que o autor tinha do sertanejo, as quais colocavam os habitantes de Canudos em uma posição de acriticidade diante dos eventos que os vitimavam.

Um exemplo que sintetiza como Euclides da Cunha, literalmente, privou de voz a população, que ele tanto dizia defender, é o tratamento que o autor dá ao caderno de prédicas de Antônio Conselheiro, encontrado entre os escombros de Canudos. Sobre o conteúdo desse material, que desfaz muitas das impressões, que, a partir de *Os sertões*, se tornaram corriqueiras a respeito do Conselheiro e de sua gente, Euclides da Cunha nem mesmo o cita, preferindo, em vez disso, reduzir as pregações do beato sertanejo ao que ele supõe das mesmas. “Pobres papéis”, assim o autor de *Os sertões* referiu-se às anotações do beato.

Nesse sentido, o que se estabelece é uma tutela, na qual o escritor do litoral se destaca como o justiceiro de uma massa de indivíduos incapazes de se afirmarem perante a sociedade que os agride. Galvão (1986), inclusive, aponta, como uma das razões do êxito editorial de *Os sertões*, a necessidade da “elite bem pensante” do país de “fazer um mea culpa a respeito daquela chacina horrorosa e vergonhosa que foi a Guerra de Canudos e que ela própria tinha estimulado.”(GALVÃO, 1986, p.40) As impressões de Galvão, acerca da recepção de *Os sertões*, são referendadas por Dimas(2009,p.77), que, referindo-se ao discurso proferido por Sílvio Romero, na cerimônia de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, ressalta o tom de denúncia e de protesto de um Sílvio Romero “estimulado pela leitura recente de “*Os sertões*”. Mais do que um mea culpa, Euclides da Cunha teria estabelecido um estado de indignação para aqueles que não estivessem dispostos a ocupar os sertões com cidadelas de taipa. Uma revolta confortável.

A admiração suscitada por Euclides da Cunha pode ser compreendida a partir de uma visão, bastante difundida no fim do século XIX, acerca do cientista e da atividade científica como um todo. Essa percepção do fazer científico distingue-se pelas expectativas relacionadas às conquistas das ciências, em um período no qual as fronteiras abertas pelo campo científico, a partir de invenções e descobertas, rendeu a esperança de que viria da ciência a possibilidade de uma vida melhor para todos. Nesse contexto, o cientista figurava como o bastião do progresso apresentado pelas nações desenvolvidas, que, naquele momento, disputavam a posição de guardiãs dos valores civilizados.

A literatura refletia esse entusiasmo com as ciências, a partir de produções que buscavam interpretar a realidade à luz de teorias científicas então em voga, como o determinismo e o evolucionismo. A prosa naturalista, que se desenvolve no Brasil a partir da década de 1880, terá como premissa para fundamentação de seus enredos ficcionais, a determinação dos destinos de seus personagens por forças naturais, relacionadas ao meio material que os circunda. Desse modo, o individualismo do período romântico, centrado nas particularidades emocionais e criativas dos personagens, cede espaço a leis generalizantes, que aglutinam os indivíduos, em torno de forças que não lhes é possível controlar (BOSI, 2006).

Euclides da Cunha, contudo, vai além da mera utilização de teorias científicas ou de um vocabulário bastante técnico, para a promoção dos ideais em que tanto acreditava. Ele próprio encarnou, cheio de romantismo, o ideal do cientista, arauto do progresso e da verdade. Esse compromisso com a nação é uma marca não só do seu ideal de ciência, mas de sua obra como um todo.”[...]o que há de maior em Euclides da Cunha é o patriotismo”.(GAIOTTI, 1986, p.22). Pode-se dizer que Euclides da Cunha queria prestar um serviço para o Brasil, um serviço que só poderia, no seu entender, vir da ciência. Nesse sentido, pensando no que seria um serviço à nação, o autor reconhece que seu esforço deve ser sucedido por outros, no sentido de conhecer e fazer conhecer o Brasil.

Esse ideal, compartilhado por Euclides da Cunha, do cientista como um cavaleiro de capa e espada, empenhado com uma obrigação moral perante a nação, fica bastante evidente nos termos de que o escritor fluminense se vale para apreciar as conquistas da ciência e da técnica. Um léxico que em tudo lembra o jargão militar. Um *modus operandi*, em relação aos obstáculos naturais, semelhante ao de uma empreitada militar qualquer, na qual se subjuga o indômito antagonista. Assim, a conquista romana sobre Cartago apenas se completa com o domínio da “natureza antagonista”. “Os romanos depois da

tarefa da destruição de Cartago tinham posto ombros à empresa incomparavelmente mais séria de vencer a natureza antagonista”(CUNHA, 1973, p. 83).

É bastante plausível que essa concepção beligerante da atividade científica advenha da formação de Engenheiro militar do autor. A Escola Militar da Praia Vermelha, onde, depois de alguns contratempos políticos, Euclides da Cunha conclui seus estudos, oferecia um vasto e eclético currículo em Ciências, o que, segundo Santana (2002), “exerce um peso importante na presença de várias áreas do conhecimento em Os sertões”. Ainda de acordo com Santana, na Escola Militar, Euclides da Cunha teve contato com disciplinas como:

“química orgânica mineralogia, geologia, botânica, arquitetura civil e militar, construção de estradas, desenho topográfico, ótica, astronomia, geodésia, administração militar, tática e estratégia, história militar, balística, mecânica racional, tecnologia militar e matemáticas”(SANTANA, 2002, p.201).

Contudo, esse consórcio entre militarismo e ciências não pode ser interpretado como um aspecto singular da formação militar de Euclides da Cunha. De uma maneira bastante contraditória, o positivismo, do filósofo francês August Comte, havia impregnado as academias militares, sobretudo a Escola Militar da Praia Vermelha, de uma profunda devoção às ciências. A contradição, na orientação positivista dos militares, deriva do papel pouco relevante reservado às forças armadas na sociedade projetada pela filosofia de Comte. No estado positivo, etapa final na evolução da sociedade vislumbrada pelo positivismo, as forças armadas não mais seriam necessárias, haja vista o predomínio da racionalidade científica, na promoção de um mundo sem conflitos.

Assim, de acordo com o positivismo comtiano, não caberiam às forças armadas tomarem parte em projetos políticos. Efetivamente, não é o que ocorre no Brasil, onde militares positivistas, liderados por Benjamim Constant, tiveram importante papel nos eventos que culminaram com a proclamação da República. Paradoxalmente, esse positivismo de inspiração militar contribuirá para os recorrentes influxos das forças armadas na política brasileira durante o período republicano. Afinal, o positivismo representava um projeto político que ia além da obediência aos poderes constituídos da República.

Segundo Carvalho (1990), o positivismo, tal como concebido no Brasil, se adequava a uma tradição autoritária que remontava às políticas pombalinas do século XVIII, e que tinha na figura do déspota esclarecido o promotor de uma modernização conservadora. “Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado[...]”(CARVALHO,

1990, p.27) , ou, em uma expressão mais conhecida, “ordem e progresso”. Ainda segundo Carvalho, tais conteúdos da doutrina positivista atendiam aos anseios dos republicanos que esperavam um modelo de República que não prescindisse de um Estado forte, tal era o caso dos militares.

Desse modo, se no campo político a influência positivista sobre os rumos da nascente República brasileira é inegável, no campo científico não é diferente. Nesse contexto, observa-se o predomínio de uma ciência com pretensões totalizantes e normativas, que age com o escopo de dominar a natureza, a partir do conhecimento do que seriam suas leis imutáveis. Uma empresa levada à cabo tendo em vista um futuro promissor, que seria o destino final da humanidade, e para o qual deveriam convergir todos esforços das ciências, mesmo que isso significasse uma declarada hostilidade contra aqueles que não se encaixassem no projeto vislumbrado.

O espectro dessa “ciência missionária”(CARVALHO, 2017) pairou sobre as ações estatais de grande impacto social, que, nas primeiras décadas do século XX, dividiram a opinião pública brasileira quanto aos limites das atribuições do Estado, em relação às liberdades individuais da população. De um lado, um quadro técnico e científico, incorporado à administração pública, aspirava uma rápida modernização do país, tendo em vista o modelo de sociedade que vinha dos países industrializados. De outro, a imensa maioria da população, que, em virtude da inexistência de políticas que a incluísse nas relações produtivas modernas, depois de um longo predomínio do trabalho escravo, representava, aos olhos do Estado brasileiro, um entrave nos projetos de modernização do país. Um entrave mestiço, pobre e rural.

O paradigma dessa ciência missionária pode ser delineado nas ações do médico sanitário Oswaldo Cruz, no período em que esteve à frente da fatídica campanha de vacinação de 1904 na cidade Rio de Janeiro. Permeando toda a revolta da população contra a vacinação obrigatória, a qual se manifestou em confrontos que tomaram as ruas da então capital federal, na chamada Revolta da Vacina, havia um choque entre uma população com costumes e crenças bastante arraigados, dos quais não queria se desfazer, e uma proposta de modernização do país, orientada pela compreensão de que o atraso do Brasil, frente às potências industriais do hemisfério norte, decorreria das inúmeras e constantes epidemias que assolavam o país, impedindo o desenvolvimento da população. De um modo geral, pode-se afirmar que, mais do que promover o bem-estar da população, o que estava em jogo nessas práticas de saneamento era o intuito de “erradicar o atraso” do país (CARVALHO, 2017). A forma como os setores populares da sociedade eram

abordados nessas ações de saneamento atesta a indiferença das autoridades para com os desígnios da população, o que se traduzia em abordagem invasivas e violentas. Nesse sentido, Carvalho (2017) ressalta:

Seu êxito [de Osvaldo Cruz], no entanto, como o de outros missionários, deveu-se ao recurso a métodos que violavam direitos, como a invasão de lares, a destruição de habitações e o desrespeito de valores arraigados na população, sobretudo os relacionados à honra pessoal e à privacidade dos lares.”(CARVALHO, 2017, p. 143)

A Guerra de Canudos também figura entre os esforços empreendidos pelos missionários que buscavam a modernização do país. Tratava-se de erradicar um foco daquilo que era admitido como uma indistigável marca do atraso das populações do interior do Brasil, o fanatismo religioso, de par com uma tentativa de restauração monárquica. Nesse contexto, é preciso compreender que, para boa parte da elite bem-pensante do período, sobretudo para os positivistas, a República representava a forma de governo adequada para as sociedades modernas, que, cada vez mais, se desvinculavam da tutela da Igreja e do pensamento tradicionalista, os quais, nesse entendimento, seriam mais compatíveis com um regime monárquico.

Nesse contexto, o conflito entre as tropas federais e os “jagunços” conselheiristas selaria, a partir da aniquilação destes, o triunfo de um Brasil moderno, onde não mais predominaria o fanatismo “mestiço”, em tudo contrário ao pensamento científico semeado nas sociedades racialmente estáveis. O próprio Euclides da Cunha, que, ainda nos tempos de Escola Militar, já manifestava uma fervorosa adesão aos ideias republicanos – tendo sido, inclusive, expulso da Escola, após manifestar, na forma de um contundente protesto, seu descontentamento com o regime monárquico então vigente— compartilhava da compreensão de que a campanha militar contra Canudos representava uma justa repreensão a um movimento monarquista, que visava derrubar a recém proclamada República.

As impressões iniciais de Euclides da Cunha acerca da Guerra de Canudos podem ser verificadas no artigo ‘A nossa Vendeia’, publicado no jornal o Estado de São Paulo, em 1897, antes da estadia do autor no norte da Bahia. No artigo em questão, o escritor fluminense tece um paralelo entre a comunidade sertaneja de Antônio Conselheiro, com toda a sua resistência em aderir ao regime republicano, e um movimento camponês da região da Bretanha, na França, onde a população, também inspirada por ideais religiosos,

se recusava em reconhecer o governo que se instalara com a Revolução. Para o inspirado militante republicano Euclides da Cunha, não havia dúvida: Canudos era a nossa Vendaia, e fazia-se urgente defender a República, diante da ameaça de retrocesso que vinha dos sertões.

O clamor de Euclides da Cunha, em prol da honra da República engrossava um coro de conclusões apressadas, que, a despeito do escasso conhecimento que se tinha acerca de Canudos, não hesitava em atribuir as mais diversas motivações políticas aos seguidores de Antônio Conselheiro. Nesse coro, além das interpretações já científicas de Euclides da Cunha, retumbava o palavreado rebuscado de Olavo Bilac, o qual, em suas contundentes acusações, contrapunha-se a posições como a adotada por Machado de Assis, que de maneira quase solitária, pregava uma maior cautela diante das ações militares no norte baiano:

Nenhum jornal mandou ninguém aos Canudos. Um repórter paciente e sagaz, meio fotógrafo ou desenhista, para trazer as feições do Conselheiro e dos principais subchefes, podia ir ao centro da seita nova recolher a verdade inteira sobre ela. (ZILBERMAN, 2002, p. 393)

Os apelos de Machado de Assis surtiram efeito, todos os grandes jornais da época enviaram correspondentes ao palco dos conflitos sertanejos em Canudos. Entre esses enviados, estava Euclides da Cunha, informante do Estado de São Paulo, jornal para o qual já colaborava há, aproximadamente, cinco anos. No norte da Bahia, Euclides da Cunha acompanhara apenas os eventos finais da Guerra, os quais relatou em reportagens publicadas com o título de Diários de uma Expedição. Nesse material, é possível verificar, conforme salienta Lima (2000), algumas mudanças no posicionamento do autor, sobretudo em relação ao modo como os antagonistas do exército eram vistos.

Galvão (1986) aponta que, após oferecer um mea culpa às elites letradas, Os sertões foi objeto de culto, em virtude do livro ter “preservado um episódio da História do Brasil...”. Nesse ponto, cabe ressaltar que o próprio Euclides da Cunha se enlaça ao tema de sua narrativa, de um modo que nenhum outro autor brasileiro lograra fazer. Não por acaso, estudiosos como Calasans (1986) apontam o esforço daqueles que se debruçam sobre o tema da Guerra de Canudos de se desvencilhar do ponto de vista euclidiano.” Durante, meio século, o episódio de Canudos [...] foi estudado, exclusivamente, através de Os sertões...” (CALASANS, 1986, p.22). Assim, no imaginário que se configurou em relação à guerra sertaneja, Euclides da Cunha constitui um personagem quase obrigatório.

O ficcionista peruano Mário Vargas Llosa, no seu “A guerra do fim do mundo” inclui o escritor fluminense como um dos personagens desse seu romance inspirado no drama de Canudos.

Assim, se o livro atrai por narrar um episódio da história do Brasil, ele também atrai pelo próprio itinerário de seu autor justiceiro, que fora ao palco dos eventos e presenciara o fratricida conflito. Nesse contexto, a referida mudança do autor constitui um ponto bastante celebrado dessa história, figurando como um momento de catarse, no qual os horrores da guerra e a resistência sertaneja sensibilizam o frio amante das ciências. Tratava-se de uma conversão necessária ao advento do justiceiro, sendo o impacto dos eventos presenciados proporcional à contundência do protesto lançado. Era “preciso espantar-se ao contemplar o arraial. Como Euclides se espantou.” (FERNANDES, 2002, p. 436)

Cabe ressaltar que, nos diários de uma expedição, essa mudança ocorre de um modo bastante tímido, sem configurar, de fato, um estremecimento das tenazes convicções do autor, principalmente, no que se refere aos procedimentos do exército nos sertões baianos. Ou seja, o exaltado e mitificado protesto de Euclides da Cunha bem como sua comiseração em relação aos sertanejos, tão presentes em *Os sertões*, não surgem no calor da hora, na forma de um impulso justiceiro. Pelo contrário, o autor fluminense insere toda a sua mudança de percepção, em relação a *Canudos* e aos sertanejos, em um arcabouço teórico, para o qual destina anos de reflexão e pesquisa, até que *Os sertões* estivesse pronto, em 1902. Desse modo, o frio amante das ciências transforma a empatia e a identificação, para com os sertanejos massacrados, em uma teoria científica, que garanta um distanciamento em relação ao objeto de estudo, de modo que a objetividade vença a subjetividade.

Desse modo, Euclides da Cunha transforma o sertanejo, então “descoberto”, em uma peça de museu, em conformidade com as atrações das ciências racistas do período, baseadas em teorias como o darwinismo social de Herbert Spencer. O sertanejo figura, então, como uma espécie de elo perdido da raça da brasileira, ou, em termos consagrados pelo autor de *Os sertões*, um “retrógrado” esquecido em uma “terra ignota”.

Reforçando essa impressão de atração de museu associada ao sertanejo e, conseqüentemente, justificando toda a tutela que incida sobre ele, está o argumento de que a “pitoresca” sociedade sertaneja estaria fadada a desaparecer, dada a tendência “do esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes.” Euclides da Cunha credita, nominalmente, tal teoria a um sociólogo polonês chamado Ludwig Gumplowicz. Lima

(2000) adverte, todavia, que o escritor de *Os sertões* fizera uma leitura equivocada de tal autor, uma vez que para Gumpłowicz a ideia de “raça” tem um fundamento muito mais social do que biológico, o que Euclides da Cunha de modo algum sugere.

Cabe ressaltar, contudo, que essa previsão de que as culturas ditas tradicionais ou arcaicas estariam próximas ao fim era o que animava os estudos dos chamados folcloristas, os quais, igualmente embebidos nos pressupostos científicos da época, buscavam coletar as manifestações artísticas e culturais das populações do interior do Brasil, a fim de conservarem registros de expressões fadadas à extinção, dado o inevitável avanço da “civilização” nas terras sertanejas. Essa nota melancólica é, contudo, a marca de uma ciência voltada para previsões, marchas inevitáveis e tendências irresistíveis. Não por acaso, como assevera Galvão (1986) Euclides da Cunha raramente se pergunta, sendo, geralmente, categórico em suas afirmações.

Tendo em vista uma dessas tendências irresistíveis, Silvio Romero, maior expoente entre os estudiosos do folclore no período, preconizava o desaparecimento das manifestações culturais indígenas e negras, baseado na ideia de que a população brasileira rumava para um embranquecimento. Nesse sentido, embora Romero interprete a miscigenação característica da população brasileira como algo negativo, ele prevê que a mistura de raças, no Brasil da segunda metade do século XIX, favoreceria a preponderância do elemento branco, para o que cooperava o fim do tráfico de negros, o extermínio dos indígenas e a chegada de imigrantes vindos da Europa. O vaticínio de Romero, demandava, segundo ele, tempo para se concretizar, algo em torno de três séculos.

Euclides da Cunha comungava com Silvio Romero não apenas o pendor pelo registro das expressões da cultura popular mas também a interpretação racial das dinâmicas sociais. Nesse contexto, ambos os autores procuraram compreender a sociedade brasileira a partir daquilo que lhe seria peculiar em termos raciais. Ou seja, procurava-se decifrar em que consistia um caráter genuinamente brasileiro, em comparação com os parâmetros ditados pela ciências raciais de então. Nessa empreitada, destacava-se a miscigenação do povo brasileiro que, se, por um lado, dificultava a definição de uma raça brasileira, por outro, era, ela própria, o traço característico da formação desse povo.

Destarte, o paralelo entre os dois escritores em questão tem o tema da miscigenação como um importante ponto de confluência, dada a ênfase que ambos davam à questão. Ênfase e abrangência, pois tanto Euclides da Cunha, quanto Silvio Romero, entendiam a

mistura de raças como um traço geral da população brasileira. Contudo, se Romero deu destaque à uma tendência embranquecedora da mistura brasileira, o autor de *Os sertões* concentrou-se em procurar dentro da própria miscelânea, um tipo peculiar, que representasse o povo brasileiro. Em suma, para Euclides da Cunha, ao invés de estudos visando à precedência de um único tipo étnico, era necessário um aprofundamento no que seriam as nossa sub-raças, derivadas dos múltiplos cruzamentos interétnicos, que variariam em composição e frequência, a depender tanto da variabilidade da marcha de povoamento do país quanto das especificidades de nosso meio físico.

Uma equação composta por variáveis mesológicas, históricas e genéticas. Abria-se, assim, caminho para um resultado totalmente específico, singular. Singularidade esta ressaltada em todos os pormenores da vida do sertanejo. Em tudo uma explicação derivada da especificidade racial do mestiço em questão. Desse modo, o autor interpreta a rejeição à República, por parte de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, como uma incapacidade mental, proveniente do estágio evolutivo em que estes se encontravam: “Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro” (CUNHA, 1973, p.211).

A antipatia com o regime republicano ganha contornos não apenas científicos mas também exóticos, distantes. Euclides da Cunha, munido de seu darwinismo social, cava um fosso, no qual séculos separam a sociedade canudense da moderna civilização. E, para isso, o autor investe em uma retórica científicista, que despreza o fato de que a rejeição à República era algo que o Conselheiro e seus seguidores compartilhavam com grande parte do clero católico do Brasil do final do século XIX, o qual, cada vez mais centrado nos ditames de Roma, se opunha a doutrinas tidas como contrárias à ortodoxia católica. Della Cava (2014, p.77) ressalta esse posicionamento dos clérigos brasileiros: “Todas essas forças ---maçonaria, positivismo, republicanismo e protestantismo— sofriam a firme oposição do clero”.

Euclides da Cunha possuía um posicionamento abertamente antirreligioso. Contudo, é bastante improvável que o autor declarasse que a classe sacerdotal brasileira fizesse parte de uma “fase evolutiva” inferior, em face de sua rejeição à República. Orientada aos sertanejos, tal afirmativa modifica o caráter do antirrepublicanismo até então associado a Canudos, tornando-o não apenas inofensivo na perspectiva de representar uma ameaça à República—o arraial não era mais um reduto de conspiracionistas monárquicos – mas também inócuo quanto à possibilidade de configurar uma alternativa à sociedade do

litoral. Os pressupostos racistas de Euclides da Cunha inviabilizam qualquer protagonismo por parte dos sertanejos.

Nesse contexto, aquele, escolhido pelo povo de Canudos para ser seu porta-voz, teve sua voz calada pelo “parecer psiquiátrico” divulgado em Os sertões. Antônio Conselheiro era um desequilibrado, atestou Euclides da Cunha, munido do laudo do médico maranhense Nina Rodrigues. Para a elaboração de Os sertões, Euclides da Cunha se acercou deste e de muitos outros documentos, incluindo-se mapas e diversos estudos sobre o solo, a flora, o clima e a população dos sertões. Nesse sentido, Santana (2002) caracteriza Os sertões como um imenso diálogo a muitas vozes, mediado pelo narrador.

O escritor só não se acerca das palavras do próprio Antônio Conselheiro, embora sugira o contrário, como dar a entender a avaliação dos “pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parselhas com os mais ingênuos absurdos”. Não obstante tais considerações do autor de Os sertões acerca dos cadernos de anotações de Antônio Conselheiro, Vasconcellos(2017) ressalta que Euclides da Cunha, ao que tudo indica, não teria conhecido os alfarrábios do líder de Canudos. O que não impede o escritor fluminense de atribuir, indevidamente, ao Conselheiro a autoria de profecias retiradas de versos populares, registrados, estes sim, in loco, pelo próprio Euclides da Cunha. “Euclides[...]sabe muito bem que uma frase como aquela sobre o sertão que vira praia, e a praia que se torna sertão, compõe uma “profecia” anônima”(VASCONCELLOS, 2017, p.14).

Desse modo, se Euclides da Cunha deu voz aos sertanejos de Canudos, ele selecionou cuidadosamente as palavras ditas por estes. Palavras que ressoariam, durante longos anos, como a fala dos habitantes do Belo Monte (era com esse topônimo que os seguidores de Antônio Conselheiro se referiam ao povoado que se tornaria célebre como Canudos). E mesmo quando contestado o teor e a origem de tais palavras, fica evidente a resistência em aceitar a capacidade dos sertanejos de articularem, eles próprios, um discurso racional, haja vista não serem eles indivíduos dotados de civilidade. Em suma, Euclides da Cunha, ao invés de dar voz aos sertanejos, tapou muitos ouvidos para qualquer base argumentativa oriunda destes.

## **1.2 O Mosaico Cultural da República e o Advento de Canudos**

A tutela estabelecida por Euclides da Cunha em relação aos sertanejos, evidencia-se a partir de um posicionamento dúbio que concede aos conselheiristas o consolo de uma representação viril e audaz, em meio a toda uma retórica que lhe impõe a pecha de

selvagem. Essa contradição, contudo, resolve-se, dentro do raciocínio euclidiano, a partir da variável tempo. Contemplar o sertanejo é, para Euclides da Cunha um mergulho no passado. Mais do que algo de que se possa lamentar, esse vislumbre do passado é uma possibilidade única, uma chance de tentar de novo, para quem encontra-se desiludido com o presente. Ou seja, o sertanejo, imerso no passado da nação, representa a possibilidade de uma “evolução”, sem os “desvios” de percurso que macularam a sociedade brasileira.

A insatisfação de Euclides da Cunha provinha dos rumos assumidos pelo regime republicano brasileiro a partir dos anos finais do século XIX. O entusiasmo do escritor com o regime se arrefece em virtude da posse de Presidentes civis, representantes das oligarquias agrárias estaduais, as quais transmitiriam, à República, os mesmo vícios do Império. Desse modo, embora manifestasse duras críticas ao florianismo, principalmente no que se refere ao culto à personalidade de Floriano Peixoto (o qual se sustentará mesmo após a morte do Marechal de Ferro), Euclides da Cunha tem um posicionamento claramente favorável ao modelo de administração levado a cabo pelo governos militares dos primeiros anos da República, os quais se notabilizaram por uma forte autoridade central, imposta, por vezes, na dureza das armas, como atesta a repressão à Revolução Federalista e à Revolta da Armada, movimentos violentamente reprimidos pelo governo de Floriano Peixoto.

Esse posicionamento político de Euclides da Cunha se faz bastante presente nas considerações do autor acerca da Guerra de Canudos, tendo em vista, inclusive, a condução dos conflitos nos sertões baianos. Nesse contexto, o autor de *Os sertões* se contrapunha à pretensão de autonomia da Bahia, quanto à autoridade de reprimir a comunidade de Canudos. Euclides da Cunha, ao longo de toda a sua obra, apresenta o argumento de que a “desordem” que se instalara, no norte baiano, com Antônio Conselheiro e seus seguidores, era uma “questão que interessava não já à Bahia, mas ao país inteiro”. Para sustentar esse posicionamento, Euclides da Cunha apela para a construção de um cenário de “nevrose” coletiva, a se espalhar pelos sertões. “O ambiente moral dos sertões favorecia o contágio e o alastramento da nevrose” (CUNHA, 1973, p.248).

Assim, Euclides da Cunha não apenas destaca um suposto clima de rebeldia, potencializado por Canudos, como concebe todo um cenário propenso à difusão de “distúrbios” semelhantes ou mesmo relacionados à comunidade liderada por Antônio Conselheiro. “A desordem local ainda, podia ser núcleo de uma conflagração em todo o interior do Norte” (CUNHA, 1973, p.248). Nesse sentido, os receios do escritor

fluminense quanto à possibilidade de um grande levante sertanejo possuem nítidas implicações políticas que se amparam em uma concepção de espaço pautada na formação de blocos regionais.

Ao criticar a ideia de uma intervenção somente baiana em Canudos, Euclides da Cunha evidencia o embate, bastante presente no cenário político da Primeira República, entre aqueles que defendiam um governo centralizador, e os partidários de um federalismo que preservasse a autonomia dos estados. Pode-se dizer, inclusive, que o impasse entre essas duas tendências já encontrava-se latente no movimento em favor da proclamação da República, opondo os diferentes grupos que o encabeçaram. De um lado, os militares, adeptos de um positivismo que previa um governo central forte, uma ditadura republicana, de outro, as oligarquias estaduais, principalmente a de São Paulo, a qual “sentia-se asfixiada pela centralização monárquica”, ansiando, assim, por um federalismo de inspiração americana. Além desses, um grupo menor, composto por uma classe média urbana, identificava-se, segundo Carvalho (1990, p.26), “com os apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação”. Eram os “radicais da República”.

Euclides da Cunha era bastante contundente em sua crítica ao que entendia ser uma má compreensão do regime federal, por parte dos brasileiros. Nesse sentido, aclama o modelo estadunidense, representado pelas concepções de Theodore Roosevelt, o qual, segundo Euclides da Cunha, combate “o maligno espírito de Paróquia e esse estreito patriotismo de campanário provincial ou estadual.” (CUNHA, 2016, p.27) Além de afirmações como essas, nas quais Euclides da Cunha tece críticas ao que seria o “federalismo incoerente da antiguidade grega” e “das Repúblicas medievais da Itália”, em contraposição ao modelo estadunidense, o autor manifesta suas apreensões, quanto à popularidade do padrão associado às cidades-estados gregas, no Brasil (e na América do Sul), onde “ele surge vigoroso, e se desenvolve e irradia para toda a banda, delineando umas fronteiras ridículas, ou ostentando irritantemente umas questões de limites inclassificáveis...”(CUNHA, 2016, p.27).

Nesse contexto, em *Os sertões*, Euclides da Cunha não apenas critica as pretensões baianas na repressão a Canudos como também estabelece um quadro interpretativo da sociedade sertaneja que parece prescindir das divisões políticas regionais e de como estas incidem sobre o conflito no norte baiano. Assim, a narrativa euclidiana configura, ao redor do cenário da Guerra de Canudos, um bloco regional relativamente homogêneo, de tal sorte que a insurreição sertaneja poderia se alastrar por “todo interior do Norte”, uma

vez que encontraria, por todo esse espaço, um ambiente tão favorável, quanto o do Norte da Bahia, para a gênese de eventos semelhantes a Canudos.

Destarte, é significativo como o autor negligencia as realidades estaduais, a ponto de, ao longo das páginas de *Os sertões*, não citar o nome de nenhuma capital nordestina, com a exceção de Aracaju, a qual surge apenas como local de passagem de tropas federais, dada a sua proximidade com o palco dos conflitos. Há, em contrapartida, uma referência, coletiva, às “capitais do norte” (CUNHA, 1973, p. 305) que surgem agrupadas em um bloco que tem uma função secundária, ante o espaço que surge, de fato, como o antagonista de Canudos, o Rio de Janeiro. Este, não por acaso, é posto em um contato direto com os sertões do norte baiano, no capítulo *A rua do Ouvidor e as caatingas*.

Figuram, também, como locais de passagem, os diversos espaços percorridos por Antônio Conselheiro durante sua longa peregrinação pelas províncias do Nordeste brasileiro, antes da fundação do arraial do Belo Monte, na antiga fazenda Canudos, no Norte da Bahia. Euclides da Cunha, antes de revelar os percalços e as lendas que rondavam os passos do beato cearense, sintetiza os efeitos desse rondar sem rumos pelo sertão, a partir de um salto, no tempo e no espaço, no qual Antônio Conselheiro, um jovem adulto desiludido, desaparece nas misteriosas terras do Cariri cearense, para reaparecer no norte baiano, já como o asceta, cuja aparência severa, atraía os olhares sertanejos para “aquele velho singular, de pouco mais de trinta anos” (CUNHA, 1973, p.174).

Euclides da Cunha destaca esse salto através do uso de reticências que ligam o desaparecimento do Beato cearense ao seu surgimento, ressaltando, a partir da citada pontuação, as incógnitas que envolvem o paradeiro de Antônio Vicente nesse ínterim. “Prossegue depois para o sul, à toa, na direção do Crato. E desaparece...[...]...E surgia na Bahia o ancoretta sombrio” (CUNHA, 1973, p.174). Nesse salto, o autor destaca a profunda transformação que se opera naquele, que até o fim de sua vida, seria o líder espiritual de Canudos, que, a partir daquele momento, como se houvesse ultrapassado as lindes de um precipício, mergulha em um abismo de misticismo, esquecimento e loucura.

Nessa transformação, cujo teor fantástico evidencia como a figura singular do beato cearense agia sobre a imaginação dos sertanejos, o trampolim para o abismo encontra-se, significativamente, na região do Cariri, cuja importância para a religiosidade sertaneja não é ignorada pelo autor, dada as referências que faz ao padre Cícero e ao movimento dos “serenos”. Contudo, a especificidade do Cariri é apenas sugerida, uma vez que o autor fica apenas nas impressões superficiais da fé sertaneja, as quais reproduzem uma perspectiva supersticiosa, mística e genérica desta. Assim, um fato crucial para a

biografia de Antônio Conselheiro, e que reduz muitas das incertezas acerca de sua transformação no Beato que entraria para a História, é o que diz respeito à influência do Padre Ibiapina, cujo exemplo será determinante para trajetória de Antônio Vicente Mendes Maciel.

Nascido José Antônio Pereira Ibiapina, em 1806, na cidade de Sobral - CE, o futuro Padre José Maria Ibiapina abandona uma promissora carreira no Direito para seguir a vida sacerdotal. Como padre, Ibiapina destaca-se pelo caráter peregrino de seu apostolado e pela construção das chamadas Casas de Caridade. Nelas, o padre Mestre Ibiapina acolhia meninas da região que eram educadas segundo regras disciplinares que incluíam, até mesmo, “profissão de votos”, como se estivessem ingressando em uma congregação embora as Casas de Caridade não possuíssem tal status. (DELLA CAVA, 2014).

Em seu apostolado itinerante, o Padre Mestre Ibiapina contemplou a região do Cariri cearense com os primeiros esforços de sua atividade missionária bem como com a construção de Casas de Caridade em seus principais municípios, Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha. Mesmo quando Ibiapina é impelido pela diocese do Ceará, no episcopado de Dom Luiz, a abandonar sua atuação religiosa em terras cearenses, a influência mística de suas pregações continuaria permeando os ares do Cariri, porquanto seus admiradores e devotos, muitos dos quais à frente das casas de caridade, depois da partida do Padre Ibiapina, permaneciam firmes na crença “segundo a qual Deus nada faria contra seu povo enquanto existissem as casas de caridade” (DELLA CAVA, 2014, p.73).

Não seria difícil traçar um paralelo entre a referida crença nas faculdades redentoras das casas de caridade e a fé de que Canudos representava um oásis de virtude em meio a um mundo em danação. Ambas as crenças apontam um Deus severo bem como uma humanidade em desalinho com os preceitos desse Deus. Nesse mundo preste a ruir, as comunidades criadas pelos líderes religiosos em questão representariam bastiões da verdadeira fé cristã.

As semelhanças nos discursos decorrem de um contato que não se resume à convivência de ambos os religiosos em um ambiente marcado pela excessiva predisposição religiosa que manifesta-se a partir de uma cosmovisão que percebe a realidade material em contato direto com as instâncias religiosas. A imersão de Antônio Conselheiro, nesse universo em que os sinais da vontade divina são pressentidos por todos os lados, não ocorre com a entrada do cearense de Quixeramobim em uma espiral de loucura, motivada, apenas, por embaraços emocionais, e tendo como premissa a suscetibilidade do sertanejo ao devaneio religioso. Iniciada desde a infância, com o desejo

de seu pai para que seguisse a carreira de sacerdote, a formação religiosa do Conselheiro, tem, precisamente no Cariri, um capítulo à parte:

Foi nessa região, possivelmente na cidade do Crato, que teve contato com o Padre Ibiapina, contato este que o deixou bastante impressionado. [...] Esse encontro, dado o forte impacto causado pelos sermões e pela prática apostolar do Padre Ibiapina, foi o suficiente para despertar, de maneira definitiva, o apóstolo latente que há muito estava adormecido no futuro peregrino. O santo padre itinerante passou a ser o grande paradigma de vida religiosa de Antônio Vicente.”(ARRUDA, 2006, p.86)

Euclides da Cunha associa, de um modo geral, Antônio Conselheiro bem como as demais figuras de destaque da religiosidade sertaneja aos movimentos religiosos da Europa medieval. O autor de *Os sertões* não cuida que o Padre Ibiapina inicia um movimento de revitalização da religião do Cariri, de cujos frutos se pode destacar o estabelecimento das bases para o advento de “ordens religiosas genuinamente brasileiras” (DELLA CAVA, 2014, p.69). Nessa mesma região, e também sob a influência do Padre Mestre Ibiapina, iria despontar todo o movimento em torno do Padre Cícero Romão Batista e da florescente cidade de Juazeiro do Norte.

Não obstante, para Euclides da Cunha, a caminhada que conduz Antônio Vicente à loucura ocorre em um espaço atemporal, de onde não se pode supor a gênese de movimentos que representem uma alteração no elo que vincula a religiosidade sertaneja a expressões religiosas tidas pelo autor como arcaicas. No interior desse espaço antevisto por Euclides da Cunha, para onde quer que fosse, o futuro líder de Canudos teria o mesmo destino, estimulado pelos sabores da vida e por uma população propensa aos mesmo desvarios. Nesse caso, a referência ao papel do Cariri na emergência do beato Antônio Conselheiro se perde em meio a um espaço uniforme, no qual o religioso cearense vaga, num deambular vertiginoso, acumulando seguidores ao seu redor e poeira em seu hábito azul de brim.

No que se refere aos seguidores do Conselheiro, observa-se, por parte de Euclides da Cunha, a descrição de um processo semelhante, no qual uma “população multiforme” converte-se em uma massa homogênea, em função do transe religioso em que se encontrava. Nesses termos, Euclides da Cunha concebe, para o arraial conselheirista, uma organização primitiva que o autor denomina de “clã”. Nessa comunidade, chama a atenção não apenas a resumida divisão do trabalho, no qual se destacam as funções militares e religiosas, em consonância com a “fase evolutiva” na qual os sertanejos se

encontravam mas também a uniformidade cultural que reforça a ideia de uma unidade regional.

Nesse contexto, Euclides da Cunha negligencia toda a diversidade cultural que caracterizava o arraial de Canudos, em função do que ocorria, também, na região como um todo. Assim, o autor dá pouca atenção ao significativo número de ex-escravizados que afluíam para Canudos, os chamados 13 de maio, livres dos grilhões da escravidão, mas não dos estigmas de uma sociedade racista, como atesta o versinho, originário da região de Canudos: “Nasceu periquito, virou papagaio, não quero negócio com treze de maio”(CALASANS, 1986, p. 29).

A mesma negligencia se dá com os indígenas e com as mulheres. Em relação aos primeiros, Mello (2014) ressalta que era possível se encontrar, em Canudos, representantes de diversa comunidades indígenas, oriundos das cercanias do arraial e de regiões mais distantes, os quais procuravam, além de conforto espiritual, um amparo para a situação de marginalização econômica em que se encontravam.

[...] há notícias da presença de índios rodeleiros vindos do extremo nordeste do Estado, da beira do São Francisco entestada com a foz do rio Pajeú, em Pernambuco, núcleo do vastíssimo sertão de Rodelas, que se afunilava até o Piauí; de cariris ou quiriris, da Mirandela, e de caimbés, de Maçacará, localidades, ambas, a sudeste do arraial”.(MELLO,2014 p.85)

Quanto ao elemento feminino, o próprio Euclides da Cunha teria revelado, com orgulho, o fato de não trazer, em suas obras, personagens femininos. Tal revelação ocorrera em uma conversa com Afrânio Peixoto, da qual não se tem evidências, além do próprio testemunho de Peixoto. Contudo, o fato é que em *Os sertões*, as mulheres se limitam à estampar, em feições de fome e miséria, os horrores da guerra fratricida nos sertões baianos. “São feias, megeras, bruxas, viragos, zanagas. Uma autêntica caqueirada humana...” (CALASANS, 2002, p.192)

As ausências acima mencionadas não são de todo surpreendentes, dada a formação cultural e intelectual de Euclides da Cunha. Ademais, a tese de que o sertanejo conformava uma “sub-raça” com características étnicas e culturais já bastante cristalizadas, conformando um tipo único, impedia o autor de enxergar o peso de outros elementos étnicos na mistura racial que conformava o sertanejo, principalmente, no que se refere à presença do negro, uma vez que Euclides da Cunha destacava que esse elemento pouco contribuía para gênese racial do sertanejo.

Todavia, outra distinção na população de Canudos revela o mosaico cultural que compunha ao arraial, tendo em vista, nesse caso, um olhar sob a região e suas diferenciações internas. Nesse contexto, é preciso salientar, como o faz Arruda(2002), que a notoriedade de Canudos, junto à população sertaneja, excedia as fronteiras baianas. O arraial congregava um grande contingente populacional proveniente de estados vizinhos, o que o próprio Euclides da Cunha atestava. O que o autor de Os sertões não mencionava era como essa diversidade de origens traduzia-se em posições e funções diversificadas dentro da comunidade de Canudos.

Acerca dos agrupamentos formados por representantes de outros estados, Mello(2014) destaca a presença dos “cearenses”. Estes gozariam de uma maior proteção de Antônio Conselheiro bem como de funções de grande destaque na sociedade canudense. O mais lembrado entre esses cearenses é, sem dúvida, Antônio Vilanova, que exercia, com grande êxito, a função de comerciante em Canudos. Na realidade, o prestígio econômico e político de Vila-Nova, a quem competia, em tempos de Guerra, distribuir armamentos e tropas, tem suscitado o debate sobre as nuances do igualitarismo existente em Canudos.

Ainda segundo Mello, o grupo dos “cearenses” desfrutava de prestígio junto ao Conselheiro antes mesmo da fundação de Canudos. Atestaria tal fato a admissão de trabalhadores cearenses nas obras promovidas por Antônio Conselheiro, que os recompensava com um pagamento bem maior do que o convencional na região. Mello destaca ainda outros cearenses que tiveram destaque no arraial de Canudos e como eles configuravam um grupo privilegiado na comunidade:

Apesar de escassos, os registros históricos se mostram uniformes quanto à indicação de terem sido os cearenses o povo eleito pelo Conselheiro para a construção de seu projeto alternativo de vida comunitária. No quilombo de Canudos, por vontade do patriarca, os cearenses reeditaram a tribo de Levi. (MELLO, 2014, p. 90)

Ora, a forma como os “cearenses” se destacavam na comunidade de Canudos revela alguns pontos importantes para a compreensão do arraial. Em primeiro lugar, apontam para uma movimentação da economia sertaneja promovida pelas ações de Conselheiro e de suas fiéis. Essa dinâmica econômica contrasta com a imagem do arraial conselheirista como um difusor de destruições e prejuízos, mesmo nos tempos de paz. Acerca de tais atos dos canudenses, Euclides da Cunha ressalta: “Em dilatado raio em torno de Canudos,

talavam-se fazendas, saqueavam-se lugarejos, conquistavam-se cidades!” (CUNHA, 1973, p.202)

Em segundo lugar, o tratamento diferenciado que Antônio Conselheiro dispensa aos “cearenses” contradiz a imagem do beato de Quixeramobim, sugerida por Euclides da Cunha. Opondo-se à tese da loucura, do esquecimento e do trauma que circundariam o Conselheiro, o afastando de tudo que apontasse sua vida no Ceará, o acolhimento diferenciado aos cearenses sugere a manutenção de um vínculo entre o líder de Canudos e sua terra natal.

Por fim, cabe destacar que a distinção dos cearenses em Canudos aponta uma diferenciação bastante explícita que partia dos próprios sertanejos, tendo em vista o modo como esses organizavam sua vida social. Euclides da Cunha, contudo, parece não ter tido a argúcia para captar esse traço distintivo de Canudos. Todavia, cumpre destacar que o escritor fluminense não estava só em suas generalizações. Segundo Mello, o termo “cearense” era utilizado de maneira genérica pela imprensa do sudeste para se referir àqueles, oriundos dos mais variados estados, que fugiam dos flagelos da seca de 1877-1879. Desse modo, percebe-se que Euclides da Cunha, na homogeneidade com que concebe a população sertaneja, contribuiu por reforçar uma tendência que já vinha se construindo.

Não obstante essa indistinção, Euclides da Cunha é bastante preciso quando se trata de apontar a origem dos batalhões e tropas que convergiam em direção à Canudos. Com esse propósito, o autor inclui, em sua narrativa sobre a guerra de Canudos, detalhes das forças do exército, que incluem o estado de origem dos batalhões, o número de combatentes, o aparato bélico e o nome dos oficiais que acompanham as tropas. Tal precisão, principalmente no que se refere à indicação dos estados de origem dos regimentos, apontam a postura centralizadora do autor que submete a identificação dos Estados a um poder e um objetivo central, sem os quais não faria sentido distinguir as diversidades regionais. Desse modo, Euclides da Cunha apresenta uma coerência com o seu discurso que afirma que “o significado superior dos próprios princípios federativos: era a colaboração dos Estados numa questão que interessava não já à Bahia, mas ao país inteiro.” (CUNHA, 1973, p. 247)

As quatro expedições lançadas contra Canudos são densamente descritas em Os sertões. Euclides da Cunha aponta, com bastante precisão, as datas, os planos e os itinerários das tropas, pontuando tudo com o seu julgamento crítico, embasado por sua formação militar. Nesse sentido, é perceptível como grande parte das críticas do autor

recaem sobre os aspectos logísticos da campanha. Eram as comissões de engenharia, as estradas, o abastecimento de provisões e a comunicação das forças o que mais interessava ao escritor fluminense.

Dentro da crítica do autor, o ideal seria cercar os sertanejos com os recursos que garantiriam a vantagem das tropas federais. Para tanto fazia-se necessário estabelecer uma ampla compilação de conhecimentos da gente e da terra dos sertões. Elementos que, para Euclides da Cunha, estariam entrelaçados, formando um conjunto único. Nesse sentido, o bloco regional, que se insinua tanto na descrição dos passos do Conselheiro quanto na tese de que o “interior do norte” encontrava-se, de um modo geral, predisposto a movimentos como o de Canudos, encontra um forte amparo na antropogeografia, de Friedrich Ratzel. Essa vertente da Geografia, como outras da chamada escola determinista alemã, ressalta a determinação do meio natural sob os seres humanos. É na antropogeografia que Euclides da Cunha ancora a sua construção de tipos regionais, o sertanejo, o gaúcho, o caboclo amazônico, os quais refletem, no temperamento e na estrutura física, as características de suas respectivas terras.

Nas dinâmicas fisiológicas, nos movimentos instintivos, nas expansões guerreiras, em tudo desses tipos regionais, vê-se a marca do ambiente que os gerou. É, desse modo, que o gaúcho, no calor das batalhas, se lança com uma “despreocupação soberana pela vida”, refletindo a “natureza carinhosa” que lhe garante uma vida ganha sem muitos esforços. Em contrapartida, a antítese desse gaúcho, o sertanejo, guarda a sua existência como “capital precioso”, dada as dificuldades que o seu meio lhe impõe, tornando cada um de seus dias uma luta árdua, o que o impede dos mesmos arroubos de destemor do gaúcho, embora isso o torne um adversário mais resistente e perigoso.

A elaboração desses tipos constituía uma tendência muito comum no final século XIX, refletindo os projetos expansionistas das nações imperialistas, que visavam não apenas a estabelecer um quadro informativo acerca das populações dos territórios por elas ocupados, mas, sobretudo, referendar uma suposta posição de superioridade ocupada pelas potências do hemisfério norte. Nesse sentido, a construção desses tipos constitui-se a partir de um forte componente racial, que, como já dito, compunha o arcabouço teórico de autores como Sílvio Romero, Oliveira Vianna e do próprio Euclides da Cunha. Contudo, nesse último, como talvez em nenhum outro autor do seu período, o ambiente tem um papel de grande destaque na formação dos grupos humanos estudados.

Em Os sertões, é notório como o ser humano surge como um apêndice da terra, sendo possível apreciar as características de um no outro. É a terra em última instância que dá

nome à obra. É tratando dela que a obra se inicia. E é debruçado sobre ela que é possível, inclusive, esquecer-se de Canudos, e conceber um cenário muito mais amplo, que Euclides da Cunha oferece como moldura para a comunidade. Nesse contexto, os próximos capítulos desta pesquisa mais do que tentar descrever essa moldura, tentarão esmiuçar as funções desta, tendo em vista os limites que ela impõe para a configuração de uma identidade regional.

## CAPITULO 2: Saberes e Espaços em Formação

### 2. 1 As fronteiras entre Literatura e Sociologia em *Os sertões*

*Os sertões* é, muitas vezes, classificado como uma obra literária. Acerca dessa classificação, por parte do público, destaca-se a compreensão de Searle (1975, apud COLLACIO, 2016) de que cabe à recepção, e não ao autor, definir a literariedade de uma obra. No caso específico de *Os sertões*, são várias as análises que, diante de evidências do que seriam erros científicos de Euclides da Cunha, destacam as qualidades literárias da obra. Parecem ajustar-se a essas interpretações as conclusões de Gilberto Freyre (1980,p.4), que afirma que “[...] para o redimir dos erros da técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta[...]”, ou mesmo as de Caio Prado Júnior( 1960, apud Faviano et al, 2012), que ressalta que “o grande literato e primoroso estilista, que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos *Sertões*, que o observador e analista social”.

As interpretações acima referidas parecem encontrar na literatura uma zona de conforto para a obra. Essa opção pela literatura, contudo, não surge como um caminho único, na empreitada de classificar *Os sertões* quanto ao gênero a que pertence. Quanto a essa multabilidade, as palavras de Suassuna são precisas:

De fato, ainda hoje, *Os sertões* é a obra padroeira do Romance nordestino e sertanejo, o que acontece exatamente por sua forma literária imprecisa e contraditória, genialmente contraditória, de obra que tem muito e ao mesmo tempo de narrativa épica, de romance[...], de relato, de conto oral e de ensaio (SUASSUNA, 2008, p.77)

Ora, as conclusões de Suassuna (2008) indicam o amplo domínio sobre o qual se estabelece a aludida opção de classificar a obra como literatura. E mesmo dentro da esfera literária, a obra maior de Euclides da Cunha parece flutuar entre estilos bastante diversos. Decorreria dessa plasticidade, segundo Suassuna, a posição de destaque ocupada por *Os sertões*, entre aqueles que, tal como Euclides da Cunha, “acrescentaram-se aos sertões” - - segundo as palavras de Gilberto Freyre (1980), as quais evidenciam, justamente, certo aspecto de refúgio no recorte regional.

Nesse contexto, classificar *Os sertões* como literatura ou ciência (tendo em vista, também, as diversas modalidades de textos científicos) surgiriam como possibilidades abertas pelo próprio livro. Euclides da Cunha, de fato, concebera a sua obra como um consórcio entre literatura e ciência, a partir do que Lima (2000, p.55) denominou como

uma “solução espacial”, na qual a “literatura se apresentava em *Os sertões* como a margem ornamental, a borda que embelezava o campo principal, cientificamente elaborado”. Nesses termos, o que seria um desvio de foco, do centro científico para a periferia literária, surge como um caminho aberto por Euclides da Cunha, tendo em vista o advento de uma abrangente e multifacetada unidade, que se permite transpor, em movimentos que enfeixam, a partir dos direcionamentos que assumem, significados bastante específicos.

Assim, estudar *Os sertões* sob o viés sociológico deve levar em conta o aparato literário na qual a obra está inserida. Nessa direção, Euclides da Cunha encontra-se em uma tal zona de conforto que, aquilo que, em outros escritores, figuraria como uma deficiência, no autor de *Os sertões* é tomado como uma virtude. É dessa forma que podemos compreender o uso de expressões como “contraditoriamente genial”, para se referir ao escritor fluminense. Nessa perspectiva, as aludidas “soluções espaciais”, dentro das quais se infere o seu regionalismo, concebidas por Euclides da Cunha, em grande parte, justificam as prerrogativas de um autor, que encontra assentimento para ser contraditório, sendo, por isso, qualificado como genial.

As contradições em questão representam polos opostos, evidenciados por um discurso prenhe de superlativos, de forma, justamente, a evidenciar os contrastes. Na obra de Euclides da Cunha, entretanto, esses contrários se aglutinam, em vista de um campo maior a os unir e inter-relacionar, de uma maneira tal, que um desses opostos possa servir, inclusive, de amparo ao outro e, conseqüentemente, à unidade maior que os abriga. Essa unidade de contrários encontra expressão em *Os sertões* até mesmo nos recursos linguísticos utilizados, como no caso do emprego de oximoros, figura de linguagem que manifesta, em uma mesma expressão, conceitos contraditórios, que, no entanto, reforçam um significado geral. Ao mesmo tempo, como sugere Galvão (apud Gárate), o oximoro, em Euclides da Cunha, revela, a partir força dos contrastes estabelecidos, a dificuldade de se encontrar uma síntese.

Nessa perspectiva, a região, no pensamento de Euclides da Cunha, é, antes de tudo, uma “solução espacial”, no sentido de configurar um ponto de referência em um panorama bem mais abrangente, apesar das diferenças que possam existir entre os espaços compreendidos por esse plano. É, assim, uma forma segura (no sentido de garantir uma inteligibilidade) de se situar em uma determinada realidade, quer seja nos sertões, no campo artístico, no Brasil, ou no mundo. Para Euclides da Cunha, foi uma forma de garantir alguma coerência ou estabilidade, apesar das inúmeras contradições de seu texto.

Nesse contexto, Santos (2018) destaca a posição de Euclides da Cunha na formação de um dos traços fundamentais, quiçá o mais evidente, do pensamento político brasileiro no século XX: a interpretação social do país, a partir de uma configuração dicotômica. “Foi talvez Euclides da Cunha, no ensaio da Independência à República, publicado pela primeira vez em 1900, quem chamou a atenção para a existência de dois Brasis[...] a análise de Euclides da Cunha abre o caminho pelo qual vai enveredar um número cada vez maior de analistas”(SANTOS, 2018, p.72)

Segundo Santos (2018), para além do conteúdo dos polos contrários, ou mesmo da ênfase no conflito, esse traço dicotômico do pensamento brasileiro corresponde, sobretudo, a um padrão, uma estrutura marcada por polos, quase que simetricamente opostos, mas que, apesar dos infortúnios causados por tal divisão, e das profundas contradições a separar os contrários, pertencem a uma mesma unidade. Tem-se, assim, uma interpretação social baseada em divisões, polos, agrupamentos, contrastes e em uma almejada unidade. Em suma, em uma compreensão compartimentada da realidade.

Em Euclides da Cunha, apesar dos argumentos raciais utilizados com o intuito de explicar as origens da dicotomia, o elemento disruptivo em destaque é o territorial. É, por exemplo, a divisão entre o litoral e o sertão, ainda que ambos os espaços encerrem, em suas fronteiras, um conjunto de temas e significados igualmente em oposição. Esse agrupamento de enunciados seria, segundo Santos (2018), outra característica dessa configuração da imaginação política brasileira. Urbano e rural, moderno e tradicional, ocupado e abandonado, sintetizados na oposição litoral-sertão.

Essa ênfase no espaço físico, na obra de Euclides da Cunha, pode decorrer, em parte, do fato de o autor poder ser classificado, conforme ressaltou Pinheiro (2002, p.331), como “um intelectual externo, que retira das observações cotidianas material para as construções teóricas e de linguagens”. Não obstante, o mesmo Pinheiro destaca que essa análise externa é cerceada por um arcabouço teórico, cuja transposição (ou imposição), quase que mecânica, para uma análise da realidade brasileira, redundaria em um rígido enquadramento desta.

Esse esquadramento da realidade brasileira, a partir dessa perspectiva cientificista, condiciona a relação do “intelectual externo” com o meio que fornece o material para as suas “construções teóricas e de linguagens”. Nesse sentido, Lima (2000, p.53) destaca que, na obra de Euclides da Cunha, “ciência e arte têm o mesmo fundamento na natureza”. Contudo, ambas as manifestações dependeriam da estabilidade e do equilíbrio da natureza, de uma “homogeneidade indispensável para o estabelecimento de

as verdades da arte e da ciência” (LIMA, 2000,p.53). Lima (2000) ressalta, ainda, que, no caso de Euclides da Cunha, essa busca por uma regularidade é ainda maior em virtude do autor de *Os sertões* inclinar-se a explicações deterministas, nas quais as causas dos eventos, atreladas sempre a fatores ambientais, possam ser percebidas em uma regularidade tal, que não deixem dúvidas acerca de todos os efeitos produzidos.

Esse afã por regularidade leva Euclides da Cunha a seccionar os espaços, em recortes que estabeleçam um padrão aferível de natureza. Percebe-se, assim, uma ânsia pela constituição do espaço estriado, ou seja, o espaço dimensional, demarcado por intervalos fechados, em detrimento do espaço liso, direcional, com intervalos abertos (DELEUZE, 1997). De um lado, o espaço liso do nômade, representado pelo deserto ou pelo mar (antes da elaboração das cartas náuticas), do outro, o espaço estriado dos campos cultivados e das cidades (Idem, 1997). Em *Os sertões*, é possível observar a imbricada relação entre ambos os tipos de espaço. Imbricada porque o autor, de maneira bastante frequente, estria o espaço liso, demarcando os sertões –espaço tão impreciso, quanto o termo que o designa--, ao mesmo tempo em que alisa os espaços estriados, na medida em que, por exemplo, compreende realidades bastante distintas dentro de uma mesma esfera, marcada pela homogeneidade.

O constante fluxo entre os supracitados espaços, na obra de Euclides da Cunha, revela, em primeiro lugar, os itinerários de um autor, cujo caráter peregrino, já lhe rendera o epíteto de cigano. Tem-se, assim, um intelectual que não apenas aprecia, mas busca a vastidão, o desconhecido. Contudo, em suas marchas, Euclides da Cunha procura a constância, a fim de domar os traçados desse espaço amplo, que lhe faculta, outrossim, o desvio, o perder-se em um espaço não mais estriado, mas liso, formado por “afetos”, mais que por “propriedades”, por “intensidades” e “forças”, no lugar de “fronteiras” e “formas”(DELEUZE, 1997,p.162-163). Nesse sentido, a um centro rigidamente demarcado, o autor opõe, ou melhor, associa uma periferia mais aberta. “O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso” (ALBUQUERQUE, 2011, p.67).

## **2.2 *Os sertões*: entre o litoral e o sertão**

Nesse contexto, na obra de Euclides da Cunha, o sertão surge como um espaço de refúgio e redenção, onde repousa as esperanças de uma República degenerada, representada pela sociedade do litoral. Não obstante, esse amplo espaço de refúgio é um espaço em construção, faltando-lhe não somente uma interpretação precisa de seus

aspectos, mas, também, as condições necessárias para o advento de tais análises, donde a importância dos trabalhos de cientistas e artistas, no delineamento físico dessa terra, que o escritor fluminense chamou de “ignota”. Nesse sentido, Paredes (2009) ressalta que a divisão litoral- sertão compreende um traço fundamental da obra de Euclides da Cunha, mas que não pode está dissociado de outros esforços empreendidos pelo autor, no sentido de ampliar o conhecimento acerca do território brasileiro. “Deste modo, além da oposição entre litoral e interior, Euclides também manifesta os problemas de interpretar o Brasil profundo a partir das lentes etnocêntricas do cientificismo de sua época.” (PAREDES apud Wolfart e Vargas, 2009)

Nesse sentido, a oposição entre litoral-sertão abre-se em múltiplas possibilidades de enquadramento do território nacional, tendo em vista a necessidade de se garantir uma leitura (ou leituras), baseada em moldes enrijecedores, da realidade desse “Brasil profundo”. Na falta de tais leituras, o zoneamento do espaço reproduz um campo de ação específico, no sentido de delinear uma área a ser trabalhada, tendo em vista as necessidades admitidas como particulares desse espaço. Tem-se, assim, uma configuração semelhante a que Said (2007,p.86), reconheceu no orientalismo o “seu confuso amálgama de indeterminação imperativa e detalhe preciso”

Cabe ressaltar que o dito campo de ação pode ser, também, um refúgio, na medida em que marca a precedência de um espaço sobre os outros. Nesse sentido, o refúgio é um espaço diferenciado, em choque com uma área dominante que o vitupera. No caso de Euclides da Cunha, suas concepções racistas o levaram a opor litoral e sertão, tendo em vista a existência de um “cerne da nacionalidade”, que se formou em virtude do isolamento do sertanejo em um ambiente inóspito, ao qual a sociedade do litoral dispensou trezentos anos de desprezo.

Ora, o resgate ou integração desses “rudes patricios” demandaria o fim desse isolamento, o que poderia acarretar uma degeneração daqueles que, racialmente, se beneficiaram do isolamento. Desse modo, como bem destacara Lima (2000, p.48), o “essencialismo” de Euclides da Cunha leva a uma “ocupação plena da terra”, construída a partir de uma larga passagem de tempo, na qual o” mestiço, por enquanto retrógrado, pudesse dar lugar a uma raça histórica”(LIMA, 2000, p.47), o que, por sua vez, demandaria uma exploração do campo de ação, ou seja, do espaço previamente tomado como singular, para o qual devem convergir esforços que levem em conta, justamente, as suas singularidades. Em suma, a integração do sertão não poderia decorrer de um simples avanço da sociedade do litoral, que desconsiderasse, em sua expansão, os significados

particulares dos diferentes espaços do país. Sobre esses significados previamente considerados, Said (2007,p.50) destaca que “todo escritor sobre o Oriente assume algum precedente oriental, algum conhecimento prévio do Oriente[...]em que se baseia.”

Assim, o regionalismo de Euclides da Cunha leva, paradoxalmente, a uma integração nacional e a uma exploração do discurso regionalista. Nesse sentido, a ênfase dada às particularidades das subdivisões não compromete a unidade maior que as abrange. Mesmo de um ponto de vista linguístico, pode-se perceber a força que, em *Os Sertões*, possuem as divisões do todo. “Na arquitetura verbal de seu discurso as partes importam mais que o todo” (BERNUCCI, 1995,p.54). A precedente assertiva é bastante intrigante, uma vez que se refere a uma obra, cuja estrutura não compreende divisões rígidas. Pelo contrário, a célebre divisão do livro, em três partes (a terra, o homem, a luta), é repleta de porosidades. Ademais, conforme já dito, nem mesmo os campos artístico e científico encontram uma nítida divisão na obra do autor.

Nesse sentido, as divisões espaciais que se configuram na obra de Euclides da Cunha não se atêm à uma estrutura rígida de fronteiras—sobretudo as políticas. Não obstante essa falta de marcos, ou mesmo em virtude dela, a produção do autor comporta uma expressiva multiplicidade de recortes. Essa plasticidade permite que *Os sertões* sustente mais do que um compêndio de cenas e representações de uma determinada região, “É um livro que fornece imagens e enunciados para os diferentes discursos regionais” (ALBUQUERQUE, 2011, p.66).

Nesses termos, pode-se dizer que a obra de Euclides da Cunha tem como matéria as relações entre os diferentes espaços do território nacional. A célebre oposição entre litoral e sertão, em tom de denúncia ao abandono dos sertões, desdobra-se em outras, que têm no sertão um ponto de fuga. O próprio Albuquerque Júnior (2016) destaca a oposição entre paulistas e sertanejos, como fundamental para a compreensão do Brasil. Essa divisão, contudo, é superada pela unidade nacional promovida pelo sertão, antigo reduto de paulistas, que se isolaram dos cruzamentos raciais do litoral.

Percebe-se, assim, que, além da divisão litoral-sertão, Euclides da Cunha estabelece um paralelo entre o Norte e o Sul do Brasil, e com ele o recorte sertões do Norte, a servir de elo entre os espaços em oposição, quer seja pela presença de um mestiço com características mais estáveis, representando o cerne da nacionalidade, ou mesmo pela necessidade de se conjugar esforços, no sentido de aplacar o drama de uma natureza torturada pelas secas. É a partir desse recorte dos sertões, os sertões do Norte, com suas

idiosincrasias, que se destaca, em cores cada vez mais fortes, a fragmentação da grande região Norte que viria a ser o Nordeste.

### 2.3 O sertão, o nordeste e a unidade nacional

O sertão é a garantia de unidade nacional, o elo entre os diferentes espaços do país. Destarte, o novo recorte que se projeta, o Nordeste, torna-se mais evidente, na medida em que se destaca como objeto de interesse do sul, no momento (início do século XX) em que se começa a olhar para os diversos espaços do país, a partir de “um jogo de olhares que perscruta, permanentemente, as outras áreas e volta-se para si próprio, para calcular a distância, a diferença[...]”. O prenúncio desse processo de visibilização encontra-se justamente na difusão de imagens e enunciados de uma terra seca, torturada pelo sol. Um “arquivo de imagens e enunciados” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 58) a tensionar aquilo que os visitantes de outras regiões, de fato, encontravam no Nordeste. Não por acaso, Gilberto Freyre irá se lamentar que a própria palavra Nordeste “quase não sugere senão as secas.” (FREYRE, 1961, p.5).

Na obra de Euclides da Cunha, esse recorte, que futuramente se estabeleceria como a região Nordeste, é esboçado, tendo em vista precisamente a realidade sertaneja, a ofuscar os outros espaços da área dos nove estados que compõem a região. Da tentativa de enquadrar o difuso sertão é que, na obra de Euclides da Cunha, se desenha o Nordeste. Nesse sentido, o interior do Brasil surge como um grande potencial discursivo, “uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, linguísticos, culturais[...]”, passível de ser decomposta em muitos outros recortes.

Há que se destacar, contudo, que embora se valha dos limites estabelecidos pelas fronteiras estaduais, a fim de facilitar uma inteligibilidade dos recortes delineados, Euclides da Cunha, como já dito, não procura determinar as divisas dos sertões do Norte, a partir das divisões espaciais dos estados. Tal fato sugere uma concepção clássica de região, inspirada nas ideias de Vidal de La Blache<sup>1</sup>, para quem a região existiria, em seus limites naturais, à revelia de qualquer determinação intelectual, ou política (SOUZA, p.137). Nesse caso, mais do que desenhada, a região é descoberta, tal como parece ser sugerido nos versos do poema *As catas*, do próprio Euclides da Cunha:

---

<sup>1</sup> O geógrafo francês, Paul Vidal de La Blache, foi um dos maior defensores de uma Geografia voltada, preferencialmente, para os recortes regionais. “Para Vidal de La Blache, a região seria uma entidade espacial concreta, existente independentemente da nossa consciência.” (Souza, 2016, p. 137)

Não invejo, porém ,os que se vão  
Buscando, mar em fora,  
De outras terras a esplêndida visão...  
Fazem-me mal as multidões ruidosas  
E eu procuro, nesta hora,  
Cidades que se ocultam majestosas  
Na tristeza solene do Sertão (CUNHA, 2009, p.272-274)

Ora, essa concepção de região, ainda que justifique o transbordo do espaço sertanejo pelo limites estaduais, uma vez que estes atendem a disposições muito mais políticas que naturais, demanda uma localização concreta de sua área, o que a põe em contraste com a ideia de um espaço vago, representado pelo sertão. Nesse sentido, localizar, dentro de uma concepção cartesiana, a separar pesquisador e objeto, compreende, justamente, um maior interesse pelo outro, na medida em que vislumbra um posicionamento relacional, no qual a localização do outro é ponderada em vista de algum ponto de referência. Assim, a região que emerge, dentro desse paradigma de contrastes e confrontos, ou seja, de comparações e medidas, aferidas a partir de modelos predeterminados e externos, deve possuir um recorte preciso e cognoscível.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que o desaparego às fronteiras estaduais atendem, também, a uma postura centralizadora, a determinar a ação direta de um centro externo à região, sobre esta. Benício, que “refaz os mesmos passos de Euclides da Cunha”, para criar um romance sobre a guerra de Canudos, sintetiza essa tendência centralizadora, que se configura a partir de uma representação espacial: “[...] Canudos fica mais perto da rua do Ouvidor que da cidade de São Salvador”(BENÍCIO, 1899, apud BERNUCCI, 1995,p.51). As palavras de Benício se coadunam com um traço comum na composição espacial engendrada por Euclides da Cunha em *Os sertões*, o contato espacial direto entre o palco dos acontecimentos da campanha de Canudos, no Norte da Bahia, e um centro de poder, sediado na Rua do Ouvidor.

No capítulo *A rua do Ouvidor e as caatingas*, de *Os sertões*, Euclides da Cunha estabelece uma comparação direta entre os dois espaços em questão. A metodologia adotada na comparação baseia-se na sinédoque de que fala de Certeau (2014), uma figura de linguagem, que, nos “relatos de práticas de espaços”, “designa uma parte no lugar do todo que a integra” (DE CERTEAU, 2014,p.168). Desse modo, a contraposição entre um Brasil moderno e urbano, representado pela Rua do Ouvidor, e um Brasil rural e atrasado, sediado nas caatingas, ocorre no bojo de um processo, que omite uma grande variedade de espaços, em favor da promoção de determinados centros, que podem situar-se tanto nos sertões do Norte, quanto no litoral sul do país.

Com a sinédoque, Euclides da Cunha simplifica os parâmetros comparativos, a partir da instituição de significados bastante restritivos. Nesse caso, o recurso em questão não apenas sintetiza os critérios comparativos, mas permite uma comparação direta, que omite nuances e espaços intermediários. Nesse caso, a mútua influência existente, por exemplo, entre o litoral nordestino e o interior dessa região, bem como os espaços intersticiais entre essas duas áreas, são omitidos, ante a possibilidade de uma relação direta entre os espaços em comparação.

Tendo em vista, como já dito, que é, justamente, uma suposta realidade sertaneja, em grande parte disseminada por Euclides da Cunha, que irá provocar um maior interesse do sul do Brasil pela região Nordeste, não é de se admirar o espanto do paulista Oswald de Andrade ante um Recife, que apontava a “modernização de cidades do Nordeste” (ALBUQUERQUE, 2011, p.57).

Said (1990) aponta Renan<sup>2</sup>, a quem Euclides da Cunha não poupa elogios, como um exemplo da aplicação desse “comparativismo” nas produções intelectuais europeias acerca do Oriente. Nesse sentido, Said afirma (1990) que tal processo de simplificação procura, justamente, viabilizar a comparação. “O que Renan e Sacy tentaram fazer foi reduzir o Oriente a uma espécie de insipidez humana, que expusesse as suas características facilmente para a inspeção”(SAID, 1990, p.158).

Esse “comparativismo” estabelece, segundo Said (1990), um contraste profundo entre o Oriente e o Ocidente, uma “aparente desigualdade ontológica”, a qual justificaria um maior interesse e ação do Ocidente sobre o Oriente, dado que a comparação sempre presume um olhar sobre si, gerando “correções e compensações baseadas na desigualdade”(Idem,p.158). Destarte, o próprio projeto orientalista, em todo o seu viés de dominação cultural, política e econômica, baseia-se nessa desigualdade, a qual perfaz um campo de ação para uma classe intelectual:

Na verdade, o próprio projeto de restrição e reestruturação associado ao orientalismo pode ser diretamente ligado à desigualdade pela qual a pobreza (ou riqueza) comparativa do oriente suplicava pelo tratamento acadêmico e científico do tipo que podia ser proporcionado por disciplinas como a filologia, a biologia, a história, a antropologia, a filosofia ou a economia.(SAID, 1990,p.158)

---

<sup>2</sup> Ernest Renan, historiador e filósofo francês, exerceu bastante influência entre os intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX. Euclides da Cunha se baseia em seus trabalhos sobre os primórdios do cristianismo, para descrever o misticismo de Antônio Conselheiro e seus seguidores,

Em *Os sertões*, esse comparativismo se observa, em termos espaciais, por exemplo, na interpretação que afirma ser esse um livro cheio de “idas e vindas”. Verifica-se, nessas palavras, a distinção da narrativa euclidiana e uma narrativa de viagem convencional, ainda que a obra em questão traga muito das impressões que a estadia de dois meses no norte da Bahia deixou sobre Euclides da Cunha, quando este fora enviado, como correspondente jornalístico, para cobrir os momentos finais da Guerra de Canudos. Contudo, o olhar de Euclides da Cunha não se deixa levar pelas veredas sertanejas, uma vez que está sempre voltando, para comparar, para buscar referenciais teóricos, e, na falta destes, clamar pelo “tratamento acadêmico” mencionado por Said.

Nesse sentido, o autor, em um texto de 1907 conclama uma cruzada, composta por especialistas das mais diversas áreas, a fim de dominar um ambiente hostil. A lógica da cruzada, aplicada ao modo como se lida com um determinado espaço, destaca-se por seu apelo intervencionista, bélico e externo, bem como por seu caráter impactante, perceptível nas dimensões da mobilização sugerida. Quase cem anos depois da supracitada publicação de Euclides da Cunha, em um artigo intitulado de *Os sertões: a originalidade da terra*, AzisNacibAb’Saber(1985) aponta o semiárido nordestino como uma “região sob intervenção”, revelando o longo predomínio da perspectiva intervencionista.

Porém, esta região, sempre sob o apanágio da intervenção, deve grande parte de sua espacialidade delineada na obra máxima de Euclides da Cunha. Contudo, o que nos indagamos é como e de que forma esta espacialidade é construída em *Os sertões*?

## CAPITULO 3: Como o Nordeste é (re)desenhado em Os Sertões

### 3.1. Os “espaços” em *Os Sertões*

A questão espacial possui uma centralidade inequívoca em *Os sertões*. Para certificar-se dessa primazia da temática, bastaria uma breve análise na contribuição da obra para o debate acerca da oposição entre litoral e interior no Brasil. Pode-se mesmo afirmar que o próprio título da obra já dá mostras do papel de destaque ocupado pelas questões referentes ao espaço em *Os sertões*. Um título que não sugere o evento que motivou o advento do livro, ou mesmo que precise a circunscrição de um espaço específico. Um título, aparentemente, simples, um artigo e um substantivo. Contudo, a etimologia complexa da palavra, uma “etimologia rebarbativa”, segundo o próprio Euclides da Cunha (2016, p. 27), acrescida do uso do plural, ampliam os significados desse título.

De um modo bastante geral, pode-se dizer que o título faz menção ao palco dos acontecimentos que suscitaram o desenvolvimento da obra. Nesses termos, surge um nítido problema de escala, ou seja, da relação entre o espaço diretamente abordado por Euclides da Cunha e as áreas que, pelas mais diversas razões, são relacionadas a esse espaço. Nesse caso, pode-se perguntar em que medida, e a partir de quais critérios, os eventos e espaços abordados por Euclides da Cunha referem-se a um sertão no plural (para continuarmos apenas no exemplo do título). A problemática de escala que se configura, portanto, mais do que à dimensão (alcance) de acontecimentos e fenômenos, refere-se a uma possibilidade de leitura da realidade brasileira a partir de uma análise das relações espaciais que se configuram no país, sendo um exemplo dessa chave interpretativa a referida oposição entre litoral e interior.

Nesse contexto, é preciso frisar a consagração, dentro do próprio senso comum (SOUZA, 2016), de determinados padrões de escala, que, apesar da firmeza com que são proclamados, ou da facilidade com que são assimilados, decorrem de enunciados historicamente construídos, estando, portanto, em constantes transformações. Destarte, o ajuste, quase que automático (portanto, acrítico), da escala de análise de *Os sertões* em referenciais espaciais como local, regional, ou mesmo nacional, não parece apropriado, em primeiro lugar, por se tratarem de categorias bastante genéricas e, em geral, admitidas como fixas, como se ““estivessem sempre aí””(SOUZA, 2016, p.187). Nesse caso, o que pesa é o modo rígido como essas configurações espaciais são pensadas. Em segundo

lugar, e admitindo-se a flexibilidade das escalas, cabe ressaltar que os referenciais em questão estão em constantes cruzamentos, decorrentes tanto da inexistência de um padrão para defini-los, o que pode redundar em zonas de contato ou de indefinição entre uma escala e outra (pense-se, por exemplo, no País Basco, uma realidade nacional para a população basca, mas regional para espanhóis e franceses) como em virtude do próprio modelo de disposição e constituição dessas perspectivas espaciais, que não atendem a uma lógica linear, na qual um espaço termina onde começa o outro, mas se configuram a partir de sobreposições, de onde decorre que o local, o regional e o nacional são categorias relacionais, passíveis de serem atravessadas sem que, para tanto, seja necessário nem mesmo um deslocamento físico.

Nesse sentido, mesmo uma narrativa bastante circunscrita pode ser considerada a partir de uma perspectiva mais abrangente, da mesma forma que referências condizentes a um amplo contexto podem repercutir, de maneira bem específica, em realidades admitidas como locais. A particularidade da obra de Euclides da Cunha é justamente a constância e a visibilidade dada a esses movimentos de restrição e distensão do foco de análise. Nesse sentido, em *Os sertões*, pode-se, por exemplo, ir dos Pampas gaúchos ao sertões nordestinos, passando pela Rua do Ouvidor (ou não), em poucos parágrafos.

Contudo, esses deslocamentos não prefiguram, *per se*, um perímetro de análise. Contribui bem mais, para tanto, as múltiplas relações que o autor estabelece entre os mais diferentes espaços. Destarte, é significativo que a divisão em três partes de *Os sertões* - “a terra”, “o homem” e “a luta” - não encontre nenhuma correspondência com qualquer divisão espacial. Do começo ao fim da obra maior de Euclides da Cunha, os mais variados espaços do território brasileiro estão em constante contato.

Tal fato torna mais complexo o determinismo do autor, que procura, na divisão da obra, apontar um encadeamento causal dos fatos, de tal forma que, em a “terra”, se encontrem as justificativas para a formação de um “homem”, cujas características físicas, psíquicas e sociais determinem o advento da “luta”. Seguindo essa lógica determinista, pode-se pensar, por exemplo, que a luta que encerra o livro seja o resultado do fanatismo e da ignorância de um homem que desponta como resultante de uma natureza em desequilíbrio. Contudo, as inúmeras imbricações espaciais tecidas pelo autor permitem inferir, também, que a tragédia de Canudos foi o desastroso choque entre duas sociedades quase que desconhecidas entre si, que, de um modo bastante abrupto, e em condições bastante adversas, colocaram-se frente a frente. Uma tragédia que resultou, nesse sentido, de uma incompreensão mútua, para a qual contribuiu, além da “rudeza” da sertões, a

ignorância do litoral.

Não se pretende com esses breves exemplos, que apontam uma lógica espacial complexa, negar o raciocínio determinista do autor de *Os sertões*. Pelo contrário, para Euclides da Cunha, nem mesmo os contatos entre sociedades bastante distintas escapariam a uma explicação determinista. Tratava-se de um condicionamento baseado na inevitável expansão das nações "civilizadas", que, à época, empenhavam-se em uma corrida por territórios e áreas de influência. Euclides da Cunha não só estava bastante a par desse expansionismo como encarava-o com uma empolgação que ganharia um local de destaque em sua obra. A título de exemplo desse entusiasmo, no trecho em que tece algumas recomendações sobre como minorar os efeitos das secas nos sertões, o autor aponta, como uma experiência bem sucedida, as ações dos franceses na Tunísia, que, a partir de técnicas simples de aproveitamento dos recursos hídricos, libertam “a histórica paragem” da “apatia do muslim inerte”(CUNHA, 2016, p.87)

A determinação do sentido desses contatos possibilita compreender como o próprio Euclides da Cunha se posicionava ante os espaços que, em sua obra, se cruzam. Nesse sentido, por um lado, faz-se mister uma reflexão acerca de como o autor procura enquadrar o ambiente por ele contemplado nos sertões baianos em padrões cientificistas de análise—compreendidos como formas mais avançadas de interpretação do real --cujos critérios de análise têm, como referência, contextos bastante diferentes do que se delineava na Bahia de então. Destarte, é de se supor que o atrito entre os "dois brasis", que o autor procura descrever em sua obra, componham o quadro maior (e inevitável) da marcha da civilização sobre a barbárie, em seus variados níveis de avanço, uma vez que o referido choque não é ponto final dessa marcha. Por outro lado, é preciso destacar a lógica espacial pressuposta nesse avanço, bem como seus reflexos e possibilidades no território brasileiro.

A interpretação determinista dos movimentos espaciais responde a uma orientação centrífuga, partindo de um centro irradiador de "civilização" rumo a periferias "selvagens". Insere-se nessa perspectiva, uma lógica espacial baseada em oposições bastante distintas, as quais não se resumem, apenas, a definir o que é um determinado espaço, mas também, aquilo que ele não é. Said (2007), ao analisar as relações entre Ocidente e Oriente, aponta como o Ocidente se valeu de definições acerca do que seria oriental, para estabelecer uma identidade europeia, ou ocidental: “[...]o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente), como sua imagem, ideia, personalidade e experiência de contraste”. (SAID, 2007, p.14)

A construção dessas oposições, para Said (2007), foi possível dada a "intimidade" estabelecida entre os dois espaços, o Ocidente e o Oriente que fora intensificada, a partir do século XIX, em consequência de um movimento de aproximação, que se desenvolve com o predomínio de um direcionamento, “[...] em geral foi o Ocidente que se deslocou para o Oriente, e não vice-versa.”(SAID, 2007, p.114-115). Esse avanço, para o qual contribuí empreendimentos como o canal de Suez, no Egito, determina a ultrapassagem de antigos limites, permitindo que os domínios do orientalismo, ou seja, da autoridade que o Ocidente tem de definir o Oriente, fosse “além do relativo abrigo do Oriente bíblico.” (SAID, 2007, p.118) “[...] ninguém mais poderia falar do Oriente como algo que pertencia a outro mundo, estritamente falando”(Idem, p.140).

No caso do Brasil de fins do século XIX, e mais especificamente entre os espaços que Euclides da Cunha opõe, não havia essa mesma "intimidade", algo que está no cerne das conclusões e das denúncias de *Os sertões*, as quais deixam claro, a partir de expressões que reforçam contrastes e oposições, a existência de dois “Brasis” que se desconhecem. Em seu viés pragmático de engenheiro militar, o autor recomenda, por diversas vezes, a constituição dos meios necessários para o estabelecimento de tal "intimidade", como no artigo *Ao longo de uma estrada* (2016), no qual aponta, como fazendo parte da “mais civilizadora das indústrias”, “o tráfego contínuo”, capaz de integrar as diferentes partes do país. “O Brasil é compacto. Falta-lhe penetrabilidade” (CUNHA, 2016, p.77).

Em linhas gerais, pode-se dizer que *Os sertões* compõe um esforço de "aproximação" entre os diferentes espaços do Brasil, um grande empreendimento de reconhecimento e classificação das diferentes realidades do país. Nesse sentido, Lemos (2002) ressalta que a obra insere-se no movimento de expansão do ideário moderno-científico pelos países periféricos, tendo como alvo a “inclusão da natureza e dos povos não europeus no corpo da ciência e do pensamento moderno”(LEMOS, 2002, p.69).

Nessa perspectiva, portanto, a diversidade não deve ser encarada como contingencial, mas inserida em um panorama no qual o conhecimento é erigido em uma "lógica oposicional” (LEMOS, 2002), que se configura a partir de posicionamentos bastante demarcados, mas que, apesar das tensões, herda da tradição aristotélica o pendor pela harmonia. Nessa lógica, conhecer é ordenar, é estabelecer posições, o que, segundo De Certeau (2014,p.184) “implica uma indicação de estabilidade”

Mbembe (2001) ressalta como a compreensão da diferença, no que se refere à constituição de uma alteridade africana, era concebida dentro de um contexto de

acolhimento dos ideais iluministas, o que, na fase inicial da colonização africana, significou um fortalecimento de enunciados em torno de uma diferença ontológica dos africanos, a pautar a inserção destes no quadro geral da humanidade vislumbrado pelo pensamento iluminista. Nesse contexto, o que se destaca é a afirmação da diferença como justificativa de uma rígida hierarquia dentro desse conjunto total da humanidade, sendo utilizado como critério para aferição dos status hierárquicos os valores da “civilização”. Em suma, a diferença deve ser posta dentro de uma conjuntura maior, que permita a comparação e a distinção.

Se os africanos eram tipos diferentes de seres, era porque eles tinham sua própria identidade. Esta identidade não podia ser abolida. Pelo contrário, a diferença teria de ser inscrita em uma ordem institucional distinta, enquanto, ao mesmo tempo, esta ordem seria forçada a operar a partir de uma perspectiva fundamentalmente desigual e hierarquizada. Em outras palavras, a diferença era reconhecida, mas apenas na medida em que implicasse desigualdades, que eram, além disso, consideradas naturais, no sentido de que ela justificava a discriminação e, nos casos mais extremos, a segregação (MBEMBE, 2011, p.179).

O pensamento moderno possui, assim, uma lógica espacial pautada na particularidade das posições, que concebe distâncias, proximidades, agrupamentos, oposições, em vista do que De Certeau (2014), ao definir a categoria lugar, denomina de "lei do 'próprio'", a qual refere-se às singularidades das posições espaciais. Nesse sentido, o determinismo geográfico de Euclides da Cunha, que condiciona as relações estabelecidas em um determinado lugar a variáveis geográficas, muitas vezes, projeta essa dimensão espacial do pensamento moderno em fronteiras bastante demarcadas, firmando, por exemplo, um lugar para o desenvolvimento e outro para o atraso. Assim, em *Os sertões*, Euclides da Cunha estabelece diferenças, oposições, "contrastos e confrontos" tendo em vista, sempre, um movimento espacial.

Considerando-se o espaço, como “um cruzamento de móveis”, como o faz De Certeau (2014, p.184), pode-se dizer que Euclides da Cunha constitui espaços de sentidos, ou seja, trajetórias que encerram significados que o autor quer evidenciar. Assim, ao destacar um determinado ponto geográfico, Euclides da Cunha, muito mais do que se ater a uma localização resumida, fornecendo, por exemplo, apenas um topônimo, estabelece fronteiras, limites que colocam o ponto em questão entre, pelo menos, outros dois. Desse modo, por exemplo, Monte Santo situa-se no caminho daqueles que, no século XVII, procuravam ouro entre o litoral e Jeremoabo. Dois pontos unidos por uma estrada de significados, a perpassar diversas outras posições

De maneira semelhante, o autor, ao analisar um fenômeno em uma determinada

localização, procura estabelecer conexões entre o sítio em questão e outras localidades, tendo em vista, muitas vezes, o mesmo objeto de análise. Assim, o sertanejo, presume-se que da Bahia, presente a seca, avistando o "limbo candente que irradia do Ceará"(CUNHA, 2016, 148). Nesse caso, como em muitos outros, o autor se vale de nomenclaturas e limites estabelecidos por uma ordem espacial anteriormente firmada, a fim de constituir outra organização, fazendo "outras coisas com a mesma coisa", no termos de De Certeau (2014, p.165). No exemplo citado, Euclides da Cunha transpõe os limites de diversos estados (já que a Bahia e o Ceará não possuem uma fronteira em comum),com o escopo de estabelecer novas fronteiras. Sobre esse processo de reconfiguração dos espaços, a partir de uma itinerância, De Certeau (2014) ressalta:

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades[...]e proibições[...], o caminhante atualiza algumas delas.[...]também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.(CERTEAU, 2014, p.164)

Tal como o usuário da cidade de De Certeau (2014), Euclides da Cunha "extraí fragmentos" da organização (ou de uma organização) espacial do território brasileiro, para atualizá-los. "Cria, assim, algo descontínuo"(DE CERTEAU, 2014, p.165), entrecortado, e que é uma possibilidade, entre muitas outras, que se descortinam, ante um mesmo "sistema topográfico". Desse modo, o mesmo trecho, entre o Ceará e a Bahia, pode adquirir outro sentido, como, por exemplo, a área de peregrinação de Antônio Conselheiro, pode, também, ter seu interior fragmentado, nos inúmeros trechos da itinerância do beato cearense, ou ainda ser inserido em um espaço mais abrangente, como na área entre o Vaza-Barris(na Bahia) e o Parnaíba (entre o Piauí e o Maranhão), área de refúgio dos indígenas que evitavam os colonos no período colonial.

Nesse sentido, muito mais que estradas, que resumem um entorno abrangente em uma estreita faixa de terra, Euclides da Cunha estabelece os contatos entre os diferentes espaços do Brasil, a partir da justaposição de camadas. Assim, se as trilhas convencionais oferecem impressões resumidas dos lugares, dada as suas limitações espaciais e temporais, a composição de camadas pode representar inúmeras idas e vindas sobre um mesmo espaço, em sentidos que, não necessariamente, obedecem às trajetórias determinadas, podendo cruzá-las, acompanhá-las em paralelo, ou mesmo refazer o mesmo caminho por séculos. Desse modo, o curso do rio São Francisco, além de uma importante via de comunicação entre diversos espaços do país, pode representar uma lenta

e diversificada marcha de povoamento.

### 3.2 Limites e Desafios da Espacialidade de *Os sertões*

Não obstante as possibilidades analíticas que se descortinam a partir da abordagem espacial em questão, há que se destacar as limitações da percepção que Euclides da Cunha tinha do espaço por ele examinado. Limites estes que possibilitam uma inteligibilidade da organização espacial engendrada pelo escritor fluminense. Nesse contexto, é possível detectar alguns vetores de movimento, que ora congregam os espaços, ora reforçam os limites entre estes. Pode-se pensar, por exemplo, em como Euclides da Cunha, a partir da compreensão que tinha do ambiente do semiárido nordestino, dá ênfase a um "insulamento" do sertanejo, estabelecendo, para este, um espaço à parte, isolado por uma natureza implacável e pelo desprezo da sociedade litorânea.

A rigidez desse isolamento pode ser medida no tratamento reduzido que o autor dá às circunstâncias de contato entre o litoral e o sertão, como, por exemplo, a que se constitui a partir do êxodo, em direção ao litoral, ocasionado pelas secas no sertão. Euclides da Cunha, além de ser bastante sintético em relação ao tema, concebe um contato bastante superficial, entre duas sociedades que, em *Os sertões*, figuram quase como água e óleo, que, mesmo quando postos em união, é ainda possível distinguir, claramente, uma e outra substância. Nesse sentido, o sertanejo que recorre, nos períodos de estiagem, às cidades do litoral, vai e volta incólume:

Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o saudade do sertão. Remigra. E torna feliz, revigorado, cantando; esquecido de infortúnios, buscando as mesmas horas passageiras da ventura perdida e instável, os mesmos dias longos de transe e provações demoradas.(CUNHA, 2014, p.153)

A vida desse sertanejo no litoral figura, nas páginas de *Os sertões* como uma grande incógnita, a tal ponto que, na circunstância do regresso ao sertão, o autor ressalta apenas os sentimentos do retirante para com a terra a que retorna, diante da qual se olvida dos "infortúnios", representados pelos motivos que o levaram a abandoná-la. Destarte, o sertanejo parece não abandonar nunca o sertão, o que só reforça a condição de terra estrangeira dentro do Brasil, que o autor associa ao espaço sertanejo. Em consequência, esse mesmo sertão adquire uma gama de significados bastante generalizantes, denotando o que Said (2007), a propósito de como os europeus viam o Oriente antes do século XIX,

chamou de “intimidade afastada”, expressando a ideia de um espaço exótico, desconhecido.

Não obstante, Euclides da Cunha se esforça em estabelecer os “relativos abrigos”, a que se refere Said (2007), em alusão às áreas orientais sobre as quais os europeus tinham um maior conhecimento. No caso de Euclides, a procura por tais “abrigos” repercute na maneira como o autor reclama a inexistência de referências cartográficas, alusivas, por exemplo, a uma “área que quase abarcaria a Holanda”. O “abrigo” fornecido pelo mapa decorre do fato destes, segundo, De Certeau(2014, p.187) terem se “constituído em lugares próprios para expor os produtos do saber, formarem os quadros de resultados legíveis.”

Dessa forma, é possível perceber como Euclides da Cunha organiza o espaço brasileiro, tendo em vista um diálogo bastante limitado com a realidade, ainda que o autor procure superar esses limites através de uma articulação espacial, que se configura a partir do movimento, que pode ser tanto o de aglutinação e separação dos espaços, como o de desvio, conforme ressalta Bernucci(2001, p.19):“diante das inevitáveis dúvidas e indecisões, o elemento comparado, isto é, Canudos, dá lugar a digressões narrativas que deslocam o centro da atenção do discurso para a periferia”.

Tal comunicação com a ordem espacial revela, no decurso de criação dos espaços de sentido, uma maneira particular de interpretar a realidade considerada, fazendo com que esta tanto seja quanto apareça( DE CERTEAU, 2014). Nesse sentido, pode-se pensar que o autor dá destaque a determinados aspectos da realidade, ou a certas interpretações destes, estabelecendo diferentes relações com (e entre) os espaços articulados.

Assim, os espaços adquirem diferentes valores, tendo em vista a determinação que terão sobre outros espaços. O referido "insulamento" do sertanejo do Norte decorre da imersão deste em uma área aparentemente definida, sendo ele próprio um "tipo", também, bastante particular. Decorrem daí diversas generalizações, algumas das quais se tornaram célebres, como a que afirma que "todo sertanejo é vaqueiro", criticada por Caio Prado Júnior, em texto que rebate, justamente, a homogeneização dos espaços dos sertões do norte na obra de Euclides da Cunha (FAVIANO et al, 2012).

Tem-se, assim, uma perspectiva do problema de escala anteriormente apontado, uma vez que o espaço que se afigura como área de predomínio da pecuária, por exemplo, oblitera espaços onde prevalecem outras atividades econômicas. Assim, ao descrever costumes e tradições relacionados à cultura do gado, tais como a vaquejada e os cantos de aboio, Euclides da Cunha não os situa dentro de um perímetro preciso, tanto é assim

que o mote para tal caracterização é um imaginário encontro do gaúcho com o vaqueiro do norte, no qual são apresentados, também sem maiores referências espaciais, os atributos do "tipo" originário dos pampas gaúchos.

Não obstante, Euclides da Cunha aponta, por diversas vezes, vicissitudes no espaço onde ele pinta esse quadro geral e uniforme no qual insere o homem sertanejo. Nesse sentido, destaca-se a própria descrição das áreas circunvizinhas a Canudos, nas quais o autor se detém em exposições mais acuradas, que apresentam as particularidades do norte baiano em relação ao entorno. Um exemplo desse tratamento diferenciado pode ser encontrado na seção de *Os sertões* em que Euclides da Cunha trata da flora sertaneja. Em sua entusiasmada apresentação do umbuzeiro, "a árvore sagrada do sertão", o autor ressalta como a presença dessa planta naquele "trato de sertão", fora bastante oportuno, no sentido de evitar um despovoamento da área em questão, uma vez que nela escasseiam "os carnaubais tão providencialmente dispersos nos [sertões] que o convizinham até ao Ceará" (CUNHA, 2014, p. 77).

No trecho acima destacado, pode-se perceber que os sertões do norte não são tão uniformes quanto algumas generalizações presentes em *Os sertões* podem sugerir. Entretanto, ao longo da leitura do livro, não faltam exemplo nem de generalizações, nem de análises mais restritas. Tais perspectivas se alternam, desde o primeiro o capítulo do livro, quando o autor oferece uma visão panorâmica do planalto central do Brasil, que, aos poucos, vai focando o palco dos acontecimentos da Guerra de Canudos. Contudo, esse movimento, "do sul ao norte, de alto a baixo" (SANTANA, 2002), não ficaria restrito a um primeiro contato com o leitor, sendo, na verdade, um elemento constitutivo da narrativa de *Os sertões*, adquirindo diversas nuances, referentes, por exemplo, à velocidade e ao sentido dos movimentos.

Na realidade, mais do que um efeito estilístico, os movimentos em questão oferecem, em uma perspectiva móvel, uma maneira de organizar os espaços do Brasil. A utilização de diferentes escalas não é, na obra de Euclides da Cunha, contingencial, tratando-se, na realidade, de um processo que tem como objetivo harmonizar os diferentes espaços de sentido que se tencionam, dentro de níveis mais abrangentes que os comportam. Estes, por sua vez, se estabelecem como unidades lógicas, que se harmonizam dentro de um recorte maior, também dotado de sentido.

Em *À margem da história* (2006), ao referir-se às dificuldades de se empreender, na região amazônica, iniciativas de cunho duradouro, Euclides da Cunha apresenta essa ideia de um significado abrangente --correspondente a uma escala geográfica -- a unir um

vasto e variado território: "Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel"(CUNHA, 2006, p.28)

Nesse trecho, em que Euclides da Cunha segue a tendência, segundo Bernucci (2001) muito comum em sua obra, de transformar "impressões em dados fixos", é possível observar a conformação de uma unidade espacial dotada de uma identidade bem específica, que a diferencia de outros espaços. A unidade, no caso, é oferecida pelo deslocamento, que, em "centenares de milhas", revela uma configuração espacial homogênea. Quanto à identidade, é possível observá-la, justamente, a partir do "homem sedentário", que procura "submeter" a terra a uma "estabilidade das culturas", ou seja, a um padrão. Ora, essa submissão corresponde, justamente, à imposição de um modelo de ação e desenvolvimento, ao qual foram, também, submetidos outros espaços, que, por sua vez, reagiram de diferentes formas, conformando outras identidades.

Nesse sentido, além de um recorte espacial bem delimitado, configura-se toda uma retórica que associa esse ambiente, no exemplo em questão, o da região amazônica, à falta de vigor moral e físico, ao "enfraquecimento das faculdades mais nobres", bem como a um determinado padrão de paisagem. Destarte, o mosaico que se configura, a partir da utilização de diferentes escalas, justapõe, além de espaços, discursos, como os "níveis de significado", que Bernucci (2001) antever em *Os sertões*.

A partir desses diferentes "níveis de significado", pode-se compreender, por exemplo, como Euclides da Cunha realiza uma análise do Brasil a partir do sertão, onde o autor julgou ter encontrado a "rocha viva da nossa raça". Ou seja, o sertão, em si, compreende uma gama de significados que dizem respeito ao Brasil como um todo. A propósito da metáfora da "rocha viva", Santana (2002) ressalta como Euclides da Cunha se valeu de termos e fundamentos próprios da geologia, para elucidar, justamente, uma formação do Brasil em camadas. Assim, o que ampararia o Brasil da superfície seria a rocha viva do sertão.

A metáfora em questão, sobre a qual Euclides da Cunha se detém em resposta a um crítico de *Os sertões*, além de apresentar um exemplo dos diferentes "níveis de significado" presentes na obra, aos quais as diferenças escalares ora analisada também remontam, revelam um padrão de relação entre as diferentes camadas que conformam o mosaico espacial constituído. Este deve se estabelecer, tendo em vista uma harmonia das partes que o constituem. Assim, a camada mais abrangente, que na estrutura espacial arquitetada em *Os sertões* corresponde ao território nacional, bem como todo o discurso

referente a ela, devem manter, além de uma identidade própria e claramente discernível, uma coesão interna dos elementos que a compõem.

Nesse sentido, as camadas estabelecidas devem ser resguardadas tanto internamente, quanto externamente, de um modo que predomine uma ordem entre os espaços. Destarte, os espaços de sentido devem convergir em uma direção correspondente à camada espacial e discursiva que os compreende, que por sua vez, deve manter uma relação harmoniosa com as camadas equivalentes.

Acerca ainda da metáfora da rocha viva, em sua expressão geológica, Santana (2002, p.213) ressalta que “O interior do país assume as feições de interior da própria terra”, sendo o litoral, portanto, a superfície da rocha, como o próprio Euclides da Cunha deixa claro, em seu viés argumentativo racista, a associar a variedade química e morfológica de uma superfície rochosa à miscigenação das populações litorâneas. Ora, levando-se em conta que é no litoral que se inserem as instituições republicanas, detentoras dos significados oficiais dessa nação, segundo Euclides, assolada pela mistura de raças, pode-se presumir que o autor visa, justamente, à consolidação de um significado “harmônico” para o recorte nacional, empreitada somente realizável a partir da manutenção do “equilíbrio dos elementos” da rocha viva, ou seja do sertão.

Desse modo, a metáfora da rocha viva, em geral interpretada como a distinção entre um Brasil profundo e um Brasil superficial, pode fazer alusão, também, a uma estrutura discursiva pautada na conservação de uma camada espacial, em proveito de outra, cujos significados que comporta fazem referência à necessidade de construí-la como um espaço singular e total. Assim o Brasil do litoral, muito mais do que superfície, figuraria como espaço hegemônico, a demandar um padrão de existência dos espaços que o compõem.

### **3.3. Os espaços e a configuração de um Estado Nacional**

No caso de Euclides da Cunha, o espaço do "Estado-nacional" é a camada superior, a qual deve amalgamar, em uma "harmonia inquebrável", as camadas que a integram. É, justamente nesse sentido, que um certo discurso sobre a nação é, por vezes, posto como integrando uma ordem superior ou última de interpretação da obra de Euclides da Cunha, a qual justificaria, para uma grande parte dos intérpretes de *Os sertões*, qualquer eventual equívoco cometido pelo escritor fluminense. Assim, o significado nacional sobrepujaria todos os demais sentidos do livro. Segundo Lima(1997,p.50): “a ideia de essência nacional oferecia pois o correlato de uma

estabilidade ainda mais poderosa do que a exposta pela própria argumentação euclidiana”

Desse modo, pairaria sempre sobre *Os sertões* a ideia de que o livro possui um significado de “verdade” nacional, o qual sobrepujaria o próprio conteúdo da obra. É bastante plausível que a circunscrição da análise de *Os sertões*, dentro do espaço nacional, decorra da própria conjuntura geopolítica do período em que o livro foi escrito, a qual não apresentava processos consideráveis de integração internacional, tanto assim, que Galotti (2006, p.13) ressalta, com admirada surpresa, o interesse de Euclides da Cunha "pelos problemas americanos, principalmente os referentes à América do Sul (isso em 1904)". Todavia, tal integração era vista com bastante desconfiança pelo autor de *Os sertões*, o que oferece uma perspectiva do modelo de organização sobre o qual esta pesquisa se debruça. Nesse sentido, em artigo intitulado solidariedade sul-americana, Euclides da Cunha (2016, p, 51) ressalta: “a República tirou-nos do remanso isolador do império para a perigosa solidariedade sul-americana.”

Nesse sentido, é possível vislumbrar o padrão de associação entre as diferentes camadas que se configuram no espaço euclidiano. Do ponto de vista das tensões que envolvem externamente esses estratos espaciais, se, por um lado, Euclides da Cunha reconhece --ainda que de maneira bastante ambígua -- os riscos do avanço imperialista, diante do qual recomenda “medidas que nos salvaguardem, ou amparem nesta pressão formidável imposta pelo convívio[...].civilizador[...].dos demais países[...].”(CUNHA, 2016, p.70)., por outro lado, uma maior integração com países vizinhos também é vista com bastante cautela. O que se destaca nessa previdência é uma compreensão da harmonia que, no entender do autor, deve imperar entre as camadas espaciais, bem como da unicidade dos estratos admitidos.

Para uma melhor compreensão da relação em questão, bastaria olhar para as camadas internas ao espaço nacional, onde o autor descreve processo análogo, o que já revela a estabilidade do modelo. Nesse sentido, a singularidade do espaço sertanejo, exaustivamente destacada por Euclides da Cunha, é correlata à especificidade da nação, ainda que se tratem de duas instâncias discursivas distintas e assimétricas. Assim, da mesma forma que o Brasil deve seguir -- no seu "antigo e esplêndido isolamento--para o futuro"(CUNHA,2016, p.54) , o sertanejo, mantido em seu "insulamento", desponta como “a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior”(CUNHA, 2016,p.131).

Em ambos os casos, percebe-se uma prescrição, tendo em vista um futuro. Recomendações necessárias a um país que, na perspectiva de Euclides da Cunha, encontrava-se em formação, tanto de um ponto de vista externo, para o que aponta a

própria biografia do autor, que esteve envolvido na demarcação de fronteiras entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos<sup>3</sup>, quanto de uma perspectiva interna, donde se destaca a interpretação da Guerra de Canudos como um choque entre dois "brasis" que mutuamente se ignoravam.

Assim, na perspectiva de Euclides da Cunha, o "isolamento" das camadas espaciais não é apenas uma constatação, mas, também, algo imperativo, tendo em vista um almejado progresso. Os benefícios desse isolamento não decorreriam, contudo, da livre ação dos agentes tão particulares de cada camada, mas da manutenção, ou propagação, de uma ordem, a qual compreende a inclusão dos espaços em esferas totalizantes.

Tal perspectiva explica a ambiguidade com que Euclides da Cunha interpretava o imperialismo que caracterizava a geopolítica de seu período. Em vista do modelo de relações espaciais em questão, os avanços imperialistas, paradoxalmente, não romperiam a harmonia entre as camadas que compõe o mosaico territorial, uma vez que são expressões de um movimento "natural", a compreender toda a humanidade, uma "vida prodigiosa" que "alastra-se pela Terra"(CUNHA, 2016, p.57). Não representariam, no caso do imperialismo estadunidense, sequer uma ameaça para a integridade das fronteiras que passam a englobar, haja vista que compõem, outrossim, o quadro de camadas que, em harmonia, se sobrepõem, representando, "numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial incomparável"(CUNHA, 2016, p.57) bem como "as mais belas conquistas morais do nosso tempo"(Idem, 2016).

É, assim, sugestivo o título do artigo de onde foram retiradas as citações do parágrafo acima: *Temores vãos*. Nele, Euclides da Cunha revela-se um grande admirador da política e das ideias de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos entre os anos de 1901 e 1909. Em âmbito externo, a administração Roosevelt destacou-se pelo aumento da influência dos Estados Unidos sobre os países da América Central e do Pacífico, empregando, na defesa de seus interesses, astúcia e, sobretudo, força, em uma política que ficou conhecida como "big stick"(grande porrete). Segundo Schling (2004), Roosevelt será um dos precursores de uma tradição diplomática seguida por muitos políticos estadunidenses, notadamente do Partido Republicano, que terá como uma de suas principais marcas o questionamento do "associacionismo nas relações externas", no

---

<sup>3</sup> Em 1904, Euclides da Cunha foi indicado pelo Barão do Rio Branco, para chefiar a comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, constituída em virtude da ocorrência de conflitos entre caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros, na bacia do rio Purus.

que se aproxima bastante da postura que Euclides da Cunha recomendava ao Brasil, ante seus vizinhos da América do Sul.

Euclides da Cunha via com bastante reservas as críticas direcionadas ao avanço imperialista estadunidense, o qual o autor de *Os sertões* não percebia como um simples movimento de conquista militar. Nesse sentido, em uma perspectiva espacial, o imperialismo estadunidense não representaria “o fato material de uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas”(CUNHA, 2016, p.57).. Mônica Dias Martins ressalta opiniões semelhantes, por parte de quem procura justificar as investidas imperialistas: “na opinião dos que a perpetram, a intervenção imperialista é considerada um sucesso quando integra lugares atrasados e homens bárbaros ao sistema capitalista, sem ocupação militar ou dor” (MARTINS, 2008, p.34).

Ao que tudo indica, Euclides da Cunha compreendia o aumento da influência dos Estados Unidos como uma conquista bem mais profunda que um triunfo sobre um exército inimigo, algo como a expansão de um temperamento humano, muita embora o autor não ressalte os meios (geralmente, militares) empregados para tal fim. Uma conquista, portanto, total, proveniente de um povo "dominador de civilizações", incumbido da missão moral de enquadrar outros povos dentro de uma modernidade, representada por valores que lhe seriam particulares. Em relação a essas demais nações, Euclides da Cunha (2016, p.56) ressalta que os Estados Unidos, em sua marcha civilizacional, “suplanta-as, transfigura-as, afeiçoa-as ao seu individualismo robusto e ao seu bom senso incomparável; americaniza-as”.

De maneira bastante semelhante, Euclides da Cunha traz, como um dos temas centrais de *Os sertões*, a crítica à campanha militar empreendida contra os sertanejos de Canudos. De um modo geral, o que evidencia-se é o repúdio ao choque entre duas sociedades desconhecidas, a aversão à confusão ocasionada por um contato repentino entre tipos díspares. Assim, o autor preconiza, como alternativa à colisão subitânea, o envolvimento total do território sertanejo em uma ordem maior, da qual faça parte como um elemento coeso, portador, portanto, de um significado congruente à esfera que o abrange.

Entretanto, o processo de integração acima descrito não exclui, como meio para consecução de tal fim, o uso da força. Se Euclides da Cunha, por diversas vezes, é contundente na crítica ao crime perpetrado pela República, nos sertões de Canudos, ele é também categórico ao traçar esquemas que redundem na subjugação rápida e total

daqueles que ele via como antagonistas. Nesse sentido, Kothe (2002, p.253) ressalta: “Se Euclides reclama de algo não é pelo genocídio sistemático, mas pela falta de eficiência das tropas.”

Nesse contexto, o próprio processo de organização dos espaços delineado por Euclides da Cunha tem como marca o domínio e a força, que se fazem presente na forma como o autor encerra os espaços em esferas de significados circunscritas, que, apesar da grande extensão das áreas interceptadas, apresentam interpretações bastante restritivas. O mesmo Kothe (2002, p.256) ressalta a arbitrariedade presente nesse tipo de enquadramento: “A sinédoque é estratégica para a apresentação de uma parte como o todo, que é o próprio princípio totalitário. Tem-se, assim, o próprio reverso da diversidade”.

Contudo, Euclides da Cunha, como já frisado, não se abstém dos detalhes. Pelo contrário, o autor fluminense busca, justamente, explorar os mais variados aspectos das realidades por ele abordadas, valendo-se, para tanto, de um aparato teórico, ao qual se apega fervorosamente. Nesse sentido, *Os sertões* figura como um compêndio de saberes, traçados ao longo de toda a obra, tendo em vista o “princípio de equivalência” entre “conhecimentos díspares (geologia, corografia, geografia, folclore, história, botânica, arqueologia etc)” (BERNUCCI, 2001, p.16), que se harmonizam, no empenho do autor por se mostrar coerente.

Nesse caso, o rigor do condicionamento espacial estabelecido é ainda mais intenso, dado o esforço em se ampliar os sentidos regidos sob uma mesma interpretação. Tem-se, assim, a conformação de um intenso "sentido de lugar", ou seja, de uma maneira, bastante específica, de se apropriar das "características e qualidades físico de uma localização geográfica" (OSLENDER,2004, p,962, apud SOUZA, 2016, p.130).

É, dessa forma, que Euclides da Cunha reúne os espaços de sentido de uma ampla área, por ele denominada de sertões do Norte, sob um mesmo significado. Um exemplo, que elucida a diversidade dos espaços congregados, bem como a generalidade do significado que os une:

Porque o cangaceiro da Paraíba e Pernambuco é um produto idêntico, com diverso nome. Distingue-o do jagunço talvez a nulíssima variante da arma predileta[...]As duas sociedades irmãs tiveram, entretanto, longo afastamento que as isolou uma da outra. Os cangaceiros nas incursões para o sul, e os jagunços nas incursões para o norte, defrontavam-se, sem se unirem, separados pelo valado em declive de Paulo Afonso (CUNHA, 2016, p.227-228).

No exemplo acima, Euclides da Cunha deixa claro a afinidade entre os dois

espaços, classificados como "sociedades irmãs". Não obstante, a separação, ocasionada pelas quedas d'água de Paulo Afonso, revela dois espaços de sentido distintos, os quais, mesmo com um "longo afastamento", não estabeleceram destinos diversos. São iguais em essência. E se um fator natural os separou, outro os uniria: Canudos, que surge de uma "convergência espontânea" de "forças" em ação.

### **3.4. A espacialidade de *Os Sertões* e Canudos**

Indo mais a fundo na configuração espacial da obra, percebe-se que Euclides da Cunha estabelece fronteiras para as ações de jagunços, ao sul, e de cangaceiros, ao norte, determinando, como ponto central, os arredores de Canudos. A centralidade de Canudos é uma marca na organização espacial engendrada por Euclides da Cunha em *Os sertões*. Tal fato se evidencia em vários pontos da obra e sobre diferentes formas, como, por exemplo, na própria linguagem utilizada pelo autor, que não economiza no uso de hipérboles. Estas, muitas vezes, conferem aos eventos e aspectos da realidade abordados por Euclides da Cunha uma amplidão nacional, confrontando-os, diretamente, com elementos de espaços bastante remotos. Dessa forma, por exemplo, os homens do "vale do rio das Éguas e, para o norte, o do rio Preto" são os "mais bravos e mais inúteis da nossa terra"(CUNHA, 2016, p.225).

Outro modo como Euclides da Cunha estabelece uma centralidade espacial em Canudos é a própria forma como, na sua narrativa, os elementos que constituem a paisagem natural e humana dos sertões do Norte convergem para o arraial do Conselheiro. Tal movimento é bastante evidente ao longo de toda a obra, porém, ganha destaque, principalmente, nos trechos que narram os antecedentes da campanha militar, como é o caso da própria passagem que associa o cangaceiro ao jagunço, na qual o autor ressalta uma afluência de "forças [...]perdidas nos sertões"(CUNHA, 2016, p.228). Diante do prenúncio da guerra, o autor não deixa dúvidas acerca da intensidade da atração exercida por Canudos: "Correra nos sertões um toque de chamada..."(CUNHA, 2016, p. 305)

Euclides da Cunha, contudo, não se detém nos percursos desse "toque de chamada", sobretudo no que se refere aos espaços mais distantes, apontados como lugares de origem daqueles que afluíam para Canudos, uma vez que, segundo o autor: "a universalidade do sentimento religioso, de par com o instinto de desordem, ali agremiara não baianos apenas, senão filhos de todos os Estados limítrofes" (CUNHA, 2016, p.304)

Se a relação do arraial do Conselheiro com os sítios que o convizinham é uma incógnita, trespassada que é por uma massa de apoiadores que nunca se revelam, de

possíveis espiões e de lugares que, da noite para o dia, se esvaziam, com seus moradores em marcha para Canudos, no que se refere ao vínculo com as localidades de outros Estados, o mistério é muito maior. Euclides da Cunha pouco ou nada se refere a nomes de cidades ou localidades dos Estados limítrofes apontados. No entanto, estes são apontados, ampliando o raio de influência do Conselheiro.

Um exemplo que revela, a um só tempo, a dimensão da ação exercida por Canudos e a escassez de informações quanto às reais ligações do arraial com os sertões mais remotos é a forma como o Padre Cícero, de Juazeiro do Norte, se insere na trama enredada por Euclides da Cunha. Diante do frenesi proveniente do fracasso da expedição Moreira César, Euclides da Cunha destaca, com uma boa dosagem de ironia, o clima de pânico e de loucura que se alastra pelo país, para o qual contribui ação do Padre Cícero, "um heresiarca sinistro", que "conglobava multidões de novos cismáticos em prol do Conselheiro"(CUNHA, 2016, p.359).

Mello (2014) destaca o receio que existia, entre as autoridades da época, de que o Padre Cícero agisse em auxílio de Antônio Conselheiro. Temor que teve seu ápice em virtude de uma coincidência: o paradeiro do sacerdote cearense em localidade próxima a Canudos, acompanhado de um grande grupo de cangaceiros. Segundo Pernambucano de Mello, tudo não passara de uma coincidência: "poucas vezes a história terá engendrado um mal-entendido tão hábil em seu potencial deletério. O padre deixara o Juazeiro, sim, mas no cumprimento até humilde de decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício [...]"(MELLO, 2014, p. 156)

Ironicamente, Euclides da Cunha parece cair na miríade de boatos e suspeitas infundadas, que, segundo o autor, redundavam em fanatizar a opinião pública das grandes cidades em favor da República, que, na ironia do autor, estaria ameaçada pelo apelo monárquico das insurreições deflagradas pelo país. Contudo, o caráter supostamente marcial da atuação do Padre Cícero vai ao encontro do argumento que, segundo Euclides da Cunha, serviu de fulcro para a convergência sertaneja em Canudos, a guerra. Esta, na compreensão do escritor fluminense, decorreria de um fato "espontâneo": a reação ao súbito e intenso contato entre duas sociedades desconhecidas entre si.

No caso sertanejo, a reação violenta seria reforçada por um "instinto de desordem", que congregava fileiras de jagunços na luta contra as forças de um governo, cuja forma tampouco tinham a capacidade de compreender (CUNHA, 2016). Nesse contexto, cabe ressaltar os esforços, empreendidos pela nascente República, de controlar o contingente populacional brasileiro, mesmo os dos mais afastados espaços. Destaca-se,

nesse sentido, a instituição de censos demográficos decenais, com o primeiro sendo realizado já em 1890, apenas um ano após a proclamação do novo regime (IBGE).

Ainda acerca dos censos demográficos, há que se destacar que, antes do censo republicano de 1890, o governo imperial, em 1872, realizou o primeiro recenseamento do Brasil. Em um intervalo de dezoito anos para o segundo. Tem-se, assim, um panorama do tênue quadro de interações sociais, que, segundo Martson (apud Souza, 2016, p.191), definiriam a utilização de diferentes escalas. O regime republicano procurará reduzir ainda mais a escala de emanção de poder, conferindo maiores atribuições aos Estados e municípios, tendo em vista um aproveitamento econômico --por meio de tributação-- dessas circunscrições.

Diante desse quadro de fracas interações, Euclides da Cunha põe toda a área do que ele denomina de sertões do norte em uma guerra, que tem por escopo, justamente, enquadrar esse espaço dentro de uma esfera de poder, tendo em vista um posicionamento específico da área circunscrita. Nesse sentido, são precisas as considerações de Neiburg (2001, p.51), em uma apreciação da obra de Norbert Elias: "as guerras são meios para definir e redefinir as fronteiras sociais". Em vista do ordenamento espacial engendrado por Euclides da Cunha, pode-se pensar em uma inversão da sequência determinista, que compartimenta *Os sertões*, uma vez que a "luta" tem lugar de destaque na composição da "terra" e do "homem". Em outras palavras, a terra é fruto da guerra

Estilisticamente, a inversão em questão, ou antes, a descompartimentação dos elementos determinísticos da obra, tendo em vista, nesse caso, uma precedência da "luta", pode ser percebida já nos momentos iniciais da descrição euclidiana, como pontuou Bernucci (2001, p.13), ao destacar, na primeira parte de *Os sertões*, "o embater dos elementos", "o perene conflito", "a luta pela vida", a batalha surda", a essas imagens pode-se acrescentar as recorrentes evocações às ruínas, como, por seu turno, destacou Lima. Segundo este autor, a sugestão de ruínas seriam tanto mais frequente, conforme Euclides da Cunha deslocasse o seu foco de análise para o sertão: "as ruínas, que já recortavam, ao se internalizarem pelo sertão, ainda mais se impõem" (LIMA, 2002, p.352).

Percebe-se, assim, a luta como um elemento estruturante, a condicionar todas as variáveis, da área focalizada por Euclides da Cunha, em uma dinâmica conflitiva. Tem-se, assim, mais do que o panorama de uma ampla região em guerra, a conformação de uma interpretação geral da realidade, para a qual convergem as nuances argumentativas estabelecidas pelo autor, inclusive aquelas de cunho pretensamente científico, tendo em

vista, nesse sentido, os diversos campos de conhecimento aos quais o autor faz referência. Em tudo, a luta.

Desse modo, nos sertões do Norte, mesmo o despontar da vida estaria, paradoxalmente, relacionado ao conflito, como fica claro na seguinte passagem: "a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida: o líquen ainda ataca a pedra, fecundando a terra"(CUNHA, 2016, p.52). Ora, infere-se da passagem que, mais do que um produto ou uma característica das vidas que afloram no espaço sertanejo, o conflito é mesmo uma condição para a emergência dessas. A dimensão redentora da guerra fica explícita no trecho em sequência:

Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.(CUNHA, 2016, p. 496)

Em uma perspectiva das composições espaciais, a luta ecoa, também, na maneira como Euclides da Cunha dispõe os espaços, mesmo no início da obra (quando ainda não são narrados, de maneira direta, os eventos da Guerra). Nesse sentido, Bernucci (2001) destaca como o Euclides da Cunha, a partir do ponto mais elevado de Monte Santo, focaliza os arredores de Canudos, da mesma forma que, do alto do Morro da Favela, os operadores da artilharia do exército apuravam a pontaria em direção aos alvos sertanejos no arraial do Conselheiro:

Durante as batalhas, ajusta-se a alça de mira das armas do alto do morro da favela, como anteriormente já, depois de acertar os binóculos e acomodar o olhar, tinha-se apreciado o país também das alturas e vislumbrado os sertões em volta de canudos do lugar mais elevado de monte santo(BERNUCCI, 2001, p.18)

A coincidência de procedimentos, tanto do intelectual que delimita, quanto do soldado que alveja, revela que, na concepção do autor, o próprio ato de enquadrar é já um esforço de guerra, ante o qual se demanda técnica, precisão e domínio, em um esforço que tem por escopo destacar uma área específica de ação, sem a qual as forças estarão dispersas, os resultados não poderão ser avaliados, nem tampouco os planos poderão ser traçados. Não por acaso, os caminhos "abertos à artilharia" seriam os mesmos utilizados para "incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatário", o que daria uma "utilidade" ao crime perpetrado em Canudos.

Nesse contexto, cumpre destacar a recorrência do método de demarcação que se insinua desde o princípio da obra e que pautará, também, as ações de cerco à Canudos, o

enfoque de cima a baixo. Este, na obra de Euclides da Cunha, não resulta de uma aproximação súbita, mas de um movimento progressivo, no qual se conformam interpostos, que oferecem, além de diferentes níveis de detalhamento, quadros gerais que, *per si*, constituem uma composição imagética singular, em sua totalidade, e significativa dentro do conjunto da obra.

Assim, pouco após o vislumbre das cercanias do arraial conselheirista, "do alto da serra de Monte Santo", o autor oferece uma visão do "alto da Favela", elevação mais próxima à Canudos, de onde, durante a guerra, a artilharia do Exército investirá contra os sertanejos. O panorama que esse ponto de vista oferece é, segundo o autor, a "antítese" do que fora até então visto, muito embora, constitua-se dos mesmos elementos geográficos da perspectiva anterior. Do alto da Favela, a visão de Canudos sugeria que 'ali era o céu...', perspectiva que, segundo Ventura(2002), contribuía, em *Os sertões*, para justificar a crença dos sertanejos nas promessas de salvação do Conselheiro.

A visão do céu que se abre a partir do Morro da Favela decorre de uma dinâmica, que, em *Os sertões*, pode ser inserido dentro de um conjunto de movimentos progressivos, visando um enquadramento contextualizado dos cenários. Todavia, embora conservem estreitas relações entre si, os aludidos movimentos não representam um mesmo ato, no qual os esforços de apreensão e descrição da realidade apontem em uma mesma direção.

Pegando-se os dois enquadramentos obtidos do alto do Morro da Favela, aquele realizado pela artilharia do exército e o anterior, que gerou a ilusão de uma visão paradisíaca, percebe-se duas posturas diferentes, diante da vasta realidade que se descortina. A ilusão edênica decorre de uma postura mais passiva, ante o amplíssimo cenário. O olhar sempre percuciente se distende, deixando-se levar por uma impressão geral, que, inclusive, rompe os liames que amarram a obra a um padrão de análise científico, o qual avoca, para si, a condição de antagonista de uma visão sacralizada do espaço.

Essa visão, como já dito, encontra amparo, dentro da obra, na atração que Canudos exerce sobre a população sertaneja. Pode-se dizer, portanto, que se trata de uma tentativa de reproduzir o olhar dos "matutos crendeiros", cuja visão não possuiria o denodo cientificista do autor, mas, sim, uma liberdade, dentro dos limites sugeridos pela própria terra, ou dentro daquilo que a terra sugerisse a tal olhar. Uma perspectiva que caminha, portanto, ao sabor da terra, sem qualquer pouso que signifique um domínio sobre a mesma, que, pudesse, dentro de um limite fixo, estabelecer uma nova relação com o espaço. É significativo, nesse sentido, como, mesmo nos preparativos para a Guerra, é a

terra, em suas expansões naturais, que conduz o sertanejo:

É que os rebeldes dispensavam quaisquer ensinamentos para estes preparativos. A terra era um admirável modelo: serrotes empinando-se em redutos, rios escavando-se em passagens cobertas e fossos; e, por toda parte, as caatingas trançadas em abatizes naturais (CUNHA 2016, p.303)

Perspectiva bem distinta é a que se configura por intermédio das “alças de mira”. Estas procuram, justamente, livrar-se das impressões, que surgem como armadilhas da terra, não por acaso, apontada como a grande inimiga da campanha. Há, nesse sentido, um grande empenho para se evitar as ilusões que irrompem, ora da camuflagem de jagunços completamente integrados à terra, ora das miragens fantásticas, que se assomavam à percepção dos soldados, fazendo-os encarar (ou, diante do pavor, não encarar) o jagunço como um "duende inatingível". "É que grande parte dos soldados era do Norte [...]feitos da mesma massa dos matutos"(CUNHA, 2016, p.340)

Diante de uma terra que homizia em seu seio o jagunço, não basta o olho nu. Faz-se necessário o uso de todo um aparato instrumental, ora representado pelos binóculos, que permita a observação meticulosa de cada centímetro de terra. Tem-se, assim, um olhar, cujo avanço se faz lento, como a marcha das tropas regulares, ante os empecilhos tramados pela terra nos sertões de Canudos. Um olhar que, preso por lentes, se detém a cada passo, diferenciando, classificando e ordenando os espaços.

### **3.5 O sertanejo e a Nação**

Esse olhar, em seus entraves analíticos, se assemelha ao homem sedentário que, na região amazônica planeia submeter a terra à “estabilidade das culturas”. Este, em sua labuta espacialmente demarcada, desconstrói a impressão de uma natureza estável e homogênea, identificando as vicissitudes e o "caráter" dos espaços. Conforma-se, assim, uma luta contra uma terra "espantosamente revolta e volúvel". O geógrafo José Veríssimo Venâncio, em um discurso em homenagem à Euclides da Cunha, ressalta que a análise espacial, empreendida pelo autor de Os sertões, ocorre a partir de uma relação de domínio e sujeição do objeto de estudo, para a qual concorre, justamente, uma mudança escalar, visando a total submissão da terra insurgente:

"Preliminarmente estudando a Terra, do geral para o particular, desde a caracterização do planalto central, que lhe pareceu ser a mais acertada e expressiva, até à do âmago docenário físico dos sertões de Canudos, mediante traços fortes de remarcada expressão, Euclides procedeu como um gigante do talento que,

progressivamente, foi apertando em suas mãos a prêsã rebelde, até o ponto de dominá-la com a força de sua inteligência. Pôde, então, examinar-lhe o físico e a alma, descendo, no primeiro caso, à análise dos componentes do meio natural e, no segundo, até à observação cuidadosa do homem que nêle vivia ."

As palavras em tom laudatório do supracitado geógrafo deixam antever, a partir da metáfora criada, o modo violento e invasivo com que Euclides da Cunha procura se apropriar dos espaços por ele investigados. A terra é uma "prêsã rebelde", dominada com "força da inteligência" do autor. E se a inteligência domina, as mãos apertam, apontado que a mudança escalar, mais do que uma simples alteração de perspectiva, é, na obra de Euclides da Cunha, um empreendimento de força e domínio, que ocorre "progressivamente", a passos lentos.

A fim de ressaltar o caráter gradual, bem como a extensão, dos esforço euclidiano, Venâncio ressalta que o plano geral, de onde parte a apreciação espacial em *Os sertões*, redonda, ante o "aperto" da "presa rebelde", em uma análise do "âmago do cenário físico dos sertões de Canudos", tendo em vista, inclusive, o exame "da alma" desse cenário, o qual Venâncio identifica com uma "observação cuidadosa do homem que nêle vivia".

O que, na metáfora de Venâncio, parece ser o nível mais elementar da análise de Euclides da Cunha constitui, segundo Souza(2016), uma importante escala espacial: "a escala (ou nível) do corpo." Em *Os sertões*, o corpo é esmiuçado em seus mínimos componentes, como um espaço atentamente palmilhado. Gurgel (2011) destaca que, assim como a terra, o corpo do jagunço é passível de leituras, muitas das quais, inclusive, apontando um intermitente estado de guerra.

Não obstante a profunda relação que Euclides da Cunha estabelece entre "terra" e "homem", o corpo é examinado em seus próprios termos, tendo em vista o funcionamento de seus componentes, apesar da relação que estes possam ter com o ambiente circundante, o que, de resto, perpassa a ideia de um sentido convergente entre os espaços que compõem a camada espacial em evidência. Nesse contexto, é notório como Euclides da Cunha conduz o corpo do sertanejo para a guerra, não apenas no sentido de estabelecer um deslocamento para as áreas de conflito, mas, também, nos padrões de análise e comparação de que se vale, a fim de descrever a dinâmica corporal do sertanejo.

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha, num átimo de segundo, traveste o vaqueiro em jagunço. Nessas circunstâncias, as habilidades e exigências daquilo que seria o labor

cotidiano do sertanejo parecem moldadas para a guerra, a começar pelos seus trajes, quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço. Por vezes, inclusive, pode-se, lendo Os sertões, confundir a figura do vaqueiro com a do jagunço, da mesma forma que este confunde-se com o cangaceiro. E todos esses tipos parecem convergir para a figura do sertanejo. Nesse sentido, Mello ressalta:

As distintas realidades do jagunço e do cangaceiro –este sem e aquele com patrão – fazem que o termos não se confundam salvo em casos de abordagens propositadamente genérica ou superficial do tema em estudo. É o que se dá com Euclides da Cunha em Os sertões, em trecho no qual o cronista de Canudos deixa bem evidente o seu desinteresse em particularizações mais detidas.(MELLO, 1985, p.28)

Destarte, o "titã bronzeado" estaria sempre latente na figura do sertanejo de um modo geral. Assim, nas chamadas "aperturas", quando o sertanejo é mais exigido, a disciplina militar se faz presente, a começar pelo imediato reflexo, no qual "operam-se, em segundos, transmutações completas". Tem-se, então, uma nova economia corporal, bastante semelhante àquelas que figuram nos éditos e ordenações reunidos por Foucault, em Vigiar e punir (1987), que descrevem, por exemplo, como o soldado deve 'manter a cabeça ereta e alta', ter 'os ombros largos', sendo-lhe 'ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam'.

De sua parte, Euclides da Cunha descreverá, no sertanejo, uma transformação semelhante, na qual "a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte ". A avaliação do corpo do sertanejo, projetada em Os sertões, perpassa a escala, mesma, do que Foucault chamou de "infinitesimal", ou seja, dos mínimos movimentos e reações do corpo. Nesse sentido, Euclides da Cunha se refere, por exemplo, à reações que ocorrem "numa descarga nervosa instantânea", ou à movimentos reduzidos à "mais ligeira contração muscular".

Toda essa riqueza de detalhes, ou mesmo a percepção das nuances de uma transformação que se opera em segundos, decorre, segundo o próprio Euclides da Cunha, de um olhar atento, de uma "observação cuidadosa do sertanejo do norte", que disperse a "ilusão" de uma "aparência de cansaço", procedente de um "primeiro lance de vista". É bastante significativo, portanto, que Euclides da Cunha reconheça no vaqueiro, despido de qualquer função de guerra, os traquejos de uma disciplina militar, que ele próprio, militar de formação, bem conhecia. Nesse sentido, uma observação acurada desse

sertanejo revelaria um permanente guerreiro, em uma luta constante contra uma natureza adversa, que o mantém em permanente estado de alerta : “Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do norte teve uma árdua aprendizagem de reverses. Afez-se, cedo, a encontrá-los, de chofre, e a reagir, de pronto.”

Nesse sentido, a terra, devidamente delimitada, mais do que um obstáculo, a atravancar o desenvolvimento da nação, possuiria , para esta, uma função redentora, na medida que, em nível regional, mantivesse seu caráter doutrinador. Acerca dessa disciplina , Euclides da Cunha é recorrente, tanto nos dispositivos que a constituem, quantos nos resultados que produz . Em ambos, o que prevalece é uma retórica de corpos submetidos, incessantemente, ao combate.

Nesse contexto, as já citadas vestes de vaqueiro, que, em termos de composição cênica, ganham já os contronos épicos de uma "armadura", possuem uma função prática na formação desse guerreiro dos sertões do norte. A "vestidura bizarra" parece que robustece e enrija[...]normaliza e economia fisiológica, e produz atletas". A constituição desse combatente faz-se, não apenas nesses pormenores dos ofícios cotidianos, mas, também, em todas as fases da vida no sertão:

Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infância, o espantinho das secas no sertão. Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias.(CUNHA, 1973,p.134)

Na realidade, essa doutrinação pelo ambiente é um ponto central na obra de Euclides da Cunha, remontando discussões encabeçadas por autores que o influenciaram, as quais o autor fluminense acrescentou, entre outras coisas, o conhecimento que tinha do jargão militar, manifesto, por exemplo, na referência que faz a diversos estrategistas militares. Uma dessas influências, sobretudo no que se refere à formação étnica do Brasil, foi o psiquiatra baiano Nina Rodrigues. Este desenvolvera um argumento também explorado em Os sertões , embora, segundo Lima (2002), sem receber os devidos créditos de Euclides da Cunha, que nem mesmo o cita ao falar de como o sertanejo se fez "um tipo fisicamente constituído e forte" , em virtude de um isolamento que o manteve distante das influências de uma vida mais complexa, as quais prejudicavam “o mestiço do litoral”. Nesse sentido, Lima (2002, p.357) ressalta: “Euclides afinca-se na diferença promovida

pelo isolamento causado pelo meio hostil. E é favorecido por observação feita por Nina Rodrigues (a que, injustamente, sequer se refere)”

Nesse sentido, na obra de Euclides da Cunha, adstrito aos argumentos raciológicos, tem-se a compreensão de que o ambiente é determinante na constituição dos tipos humanos. Na realidade a "hereditariedade catalisa aquilo adquirido pelo ambiente". Assim, mais do que somente isolar, impedindo, assim, o influxo de novos elementos étnicos, que reforçam o indesejável quadro de mestiçagem, que, ademais, vitimou também o sertanejo, o ambiente hostil dos sertões do Norte, garantiu a constituição de indivíduos fortes, disciplinados e em equilíbrio com o meio em que vivem.

No que se refere às camadas espaciais que se justapõem ao ambiente sertanejo, a constituição de um tipo racial estável e original seria fundamental para a inclusão do Brasil no "concerto das nações civilizadas". Ora, a metáfora de uma sinfonia de países já denota uma harmonia entre esferas espaciais equivalentes, cada qual com sua própria e inconfundível identidade. Na realidade, essa ideia de harmonia é ainda mais profunda quando se pensa o ordenamento interno da nação concebido, ou pretendido, por Euclides da Cunha.

Nesse sentido, o Brasil, para entrar no aludido concerto, dependeria dos sertões do Norte, uma vez que lá é onde estaria a rocha viva da nação -- um mestiço que, em virtude do ambiente extremamente hostil em que vive, adquiriu "uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos" --, a "base para a nossa ansiada identidade". Ainda assim, apenas uma "base". O sertanejo seria, portanto, um retrógrado, de onde poderá, um dia, surgir um homem verdadeiramente "civilizado". Para isso, concorreria a esfera nacional, a qual deveria garantir o desenvolvimento dessa rocha viva, afinal: "nossa evolução biológica" dependeria de "dilatado tempo de vida nacional autônoma"(CUNHA, 1973, p.127). Percebe-se, assim, uma relação de mútua dependência entre a esfera nacional e as camadas internas que a compõem.

Nesse contexto, configura-se o duplo movimento, aqui já destacado, e que é fundamental para a compreensão da organização espacial concebida em Os sertões, sobretudo, no que se refere ao entendimento de uma explicação do Brasil pelas partes que o constituiriam, tal como Euclides da Cunha empenhou-se em fazer. Por um lado, conforme já visto, o isolamento é algo imperativo, por outro, é fundamental incluir os sertões do Norte na esfera de vida nacional, trazendo os "retrógrados" que ali vivem para

os nossos tempos. Nesse sentido, Foucault ressalta como a ordem disciplinar preconiza uma simultaneidade cronológica, entre os alvos das ações disciplinares, tendo em vista um arranjo temporal abrangente, a unir esses diferentes segmentos. O pensador francês cita, inclusive, projetos que visavam uma integração do espaço nacional (no caso, o francês), tendo em vista a mesma concepção evolucionista e racista de Euclides da Cunha, que antevia diferentes estágios evolutivos nos espaços que compõem o território nacional:

Servan sonhava assim com um aparelho militar que cobriria todo o território da nação e em que cada um estaria ocupado sem interrupção mas de maneira diferente segundo o segmento evolutivo, a sequência genética em que se encontrasse.(FOUCAULT, 1987,p.127)

Uma melhor compreensão do movimento de isolamento e integração, concebido em Os sertões, pode dar-se a partir do lugar de fala assumido por Euclides da Cunha, o qual procura revelar sempre a especificidade do espaço sertanejo, bem como a exterioridade com que ele aprecia o mesmo. Contudo, tão importante quanto os advérbios de lugar, marcando um posicionamento externo à matéria estudada —“A história é ali [no Norte] mais teatral...”(CUNHA, 1973,p.74)--é a escala que o autor adota como referencial. Nesse sentido, Euclides da Cunha fala do Brasil, ainda que se atenha a contextos bastante específicos.

O sertanejo, de modo bem diferente, está preso ao significado regional. A região serve como uma lente a filtrar as impressões que se tenha acerca desse indivíduo. Isso do ponto de vista de um observador externo. Para o sertanejo, a região marca os limites de sua percepção. Desse modo, pode-se compreender o porquê das terras sertanejas serem definidas como “ignotas”, ainda que povoadas desde longa data. Somente é conhecido aquilo que passa pelo crivo de olhares autorizados. De um modo semelhante, os europeus “descobriram” as terras em que os indígenas viviam.

Destarte, o que separa Euclides da Cunha (e seus interlocutores) dos sertanejos, muito mais do que uma distância física, é um abismo temporal. Tal separação, contudo, não impediria o aproveitamento da força e da tenacidade da população sertaneja pela “civilização” moderna. Para isso, concorreria, justamente, a sincronia entre as distintas esferas, o que se daria pela manutenção da disciplina sobre as populações sertanejas, de modo que estas constituam colaboradoras regulares do sistema de produção moderno.

O paradigma dessa organização entre diferentes segmentos temporais é o sistema

de produção industrial, com sua rígida divisão do trabalho. Euclides da Cunha louvou como, ao fim da campanha de Canudos, as forças do Exército estabeleceram uma base de operações, com um constante fluxo de comboios de provimentos e o envio intermitente, porém controlado, de tropas. Nesse sentido, muito mais do que os lances heroicos do Exército, Euclides da Cunha aclamou o estabelecimento de uma logística e de uma divisão do trabalho, a estruturar, a partir da convergência de várias atividades diferentes, um único objetivo.

De um ponto de vista das ciências evolucionistas do final do século XIX, essa sincronia entre territórios cronologicamente díspares, tem sua maior expressão na configuração de grandes impérios, que atribuíam funções e temporalidades distintas para os espaços centrais desses impérios e para as suas periferias. Desse modo, aos franceses, por exemplo, caberia garantir os benefícios da civilização aos marroquinos, que, por sua vez, ofereceriam as riquezas naturais de suas terras, as quais não teriam capacidade de administrar, bem como a sua força de trabalho, aos mesmos franceses.

Em termos regionais, a perspectiva de uma sociedade fracionada em diferentes estágios evolutivos tem como corolário a promoção de determinadas regiões como centros de desenvolvimento técnico, científico e industrial, enquanto a outros espaços caberia o papel de fornecedores de uma mão de obra vigorosa e disciplinada, em conformidade com as exigências de regularidade e equilíbrio da modernidade.

## CONCLUSÃO

Os enunciados que celebram Euclides da Cunha como o tradutor da alma sertaneja, talvez, façam jus ao que de fato foi o escritor fluminense. Nesse sentido, é preciso levar-se em conta que o tradutor, por mais que se esforce, nunca irá reproduzir com exatidão todas as nuances do texto original. Isso, entre outras coisas, porque o tradutor tem que se ater às idiossincrasias da linguagem para a qual transcreve a obra matricial.

Euclides da Cunha, nesse sentido, satisfaz os anseios do público a que se dirigia. Na real acepção da palavra, o escritor foi um “homem do seu tempo”, ou seja, comungou de muitas das tendências e inclinações intelectuais do período em que viveu. E as reproduziu em suas obras. O reconhecimento foi imediato. Euclides da Cunha dormiu desconhecido e acordou famoso como ele próprio costumava falar.

Os sertões conquistou não só o interesse estético e intelectual do público brasileiro mas também a afeição da população leitora do país. O livro de difícil compreensão passou a compor, com suas expressões fortes e vocabulário formal, o jargão intelectual das camadas letradas da sociedade que passavam a reproduzir os trechos célebres da obra como se fossem mantras de uma religião civil. “O sertanejo é antes de tudo um forte.” “Canudos não se rendeu”. “Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises”. Todos repetidos com a força de verdades inquestionáveis.

Contemplado com uma cadeira na Academia Brasileira de Letras assim como no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Aclamado por grande parte da intelectualidade nacional e internacional. Personagem da Guerra de Canudos. Nome de cidade no norte baiano. Euclides da Cunha foi, por gerações, uma fonte obrigatória para o conhecimento da terra e da gente do interior do Brasil. Mesmo hoje, quando os termos da “tradução” empreendida pelo autor já não condizem com o vernáculo da intelligentsia nacional, são perceptíveis os rastros de sua linguagem nos enunciados acerca da população brasileira. Desse modo, é ainda comum ouvir-se falar de uma suposta virilidade do homem dos sertões em comparação com a afetação dos indivíduos do litoral. A cultura do interior, segundo tais discursos, ainda permanece como a essência do que

seria verdadeiramente nacional que pouca contribuição teria da população negra pois, esta pouco participara da formação étnica dos sertanejos do Nordeste.

Contudo, muito mais que nesses cacoetes da análise social brasileira, a marca de Euclides da Cunha é mais evidente na configuração de um olhar sobre as camadas populares do Brasil que alterna a afeição e o distanciamento. São (e foram) muitos os que, assim como Euclides da Cunha, se postaram como porta-vozes de realidades. Nelas, não se viam inclusos mas que se julgavam capazes de traduzir, concebendo, assim, entes que lhes são caros na medida em que correspondam às suas expectativas, as quais, por vezes, referem-se ao distanciamento que deve haver entre aqueles habilitados a falar e os que precisam de porta-vozes.

Essa postura compreende, entre outros aspectos, uma configuração espacial que concebe lugares específicos para “eles”. Espaços que, apesar de distintos, estejam sob o raio de intervenção da sociedade dominante. Tal lógica perpassa todo o tecido social brasileiro, reproduzindo-se nas mais diversas escalas, quer seja na estrutura urbana das grandes metrópoles, com suas periferias de onde partem, todos os dias, levadas de trabalhadores para as áreas centrais das cidades ou mesmo nas plantas dos apartamentos que ainda conservam os diminutos quartos de empregadas.

Euclides da Cunha denunciou essas ambiguidades da sociedade brasileira. A sua tão mencionada interpretação de que existiam dois brasis não se restringia à divisão litoral –sertão, como ressalta Houaiss (1986, p.43), exemplificando os contrastes do país: “o Brasil da miséria e o Brasil da abundância; o Brasil comandado e o Brasil comandante; o Brasil vitimado e o Brasil vitimador.” Contudo, o autor de *Os sertões* nada propõe como meio para superar tais antagonismos. No máximo, pode-se dizer que o escritor contribuiu em apurar a carga afetiva que incidia sobre o Brasil sem voz. Tudo, obviamente, de uma modo que não reduzisse a distância entre os Brasis que não se entendem.

A proposição que o sertanejo é um retrógrado, que, em um futuro distante, poderia vir a integrar o “nosso convívio”, ilustra essa mescla de afeto e distanciamento. Com tal assertiva, Euclides da Cunha parece sugerir que, uma vez domesticados, esses “nossos rudes patrícios” estariam aptos ao convívio “civilizado”. É nítido como o autor apresenta esse prognóstico como se, cheio de simpatia por seus “retrógrados” compatriotas, os oferecesse um prêmio. Uma graça concedida àqueles que tiveram suas vidas e seus projetos ceifados pelo Estado brasileiro.

Estar apto ao convívio social preconizado por Euclides da Cunha demandaria dos sertanejos a renúncia de sua autodeterminação em prol do projeto de nação que emanava dos centros urbanos. Assim, pode-se compreender não só as razões do extermínio da gente do Conselheiro mas também a condenação de Canudos ao longo das páginas de *Os sertões*. Para Euclides da Cunha acabar com Canudos era uma medida de profilaxia. Canudos não deveria deixar semente. Não deveria contagiar as mentes e os corações de outros “rudes patricios”.

Desse modo, a lógica de compartimentação dos espaços vislumbrada na obra assume uma configuração de camadas interpostas nas quais nem sempre aqueles que estão contidos na conjuntura total estão autorizados a falar dessa totalidade, o que se aplicava para o Nordeste, em relação ao Brasil, bem como para este em relação ao conjunto das nações capitalistas. O padrão de organização espacial em questão pode ser melhor compreendido a partir dos lugares de fala de dois dos principais personagens da Guerra de Canudos: enquanto Euclides da Cunha falava pelo Brasil, Antônio Conselheiro estava restrito ao espaço sertanejo, não representando nada além da loucura e do desvario típicos da região que o encerrava.

Na comparação em questão, o problema que se coloca não é o do alcance das palavras dos referidos personagens, mas, o que eles representavam ou a quem eles representavam. Tem-se, assim, um problema de representatividade daqueles que estariam habilitados de falar em nome do País e aqueles que deveriam se contentar com os rótulos e termos que lhes são impostos.

Problemática semelhante se insinua em relação ao uso dos símbolos nacionais. No atual cenário político brasileiro, não são raros os grupos que vão às ruas ostentando bandeiras e brasões, entoando canções pátrias que se confundem em meio às ofensas direcionadas àqueles que não seriam dignos de empunhar os tão valorizados símbolos, nem de cantar os briosos hinos.

De outra parte, pode-se pensar naqueles que, de fato, não se sentem representados por tais símbolos, que dão outros sentidos ao seu senso de comunidade, expressando-os a partir de um outro aparato material. A estes, muitas vezes, os símbolos nacionais são impostos violentamente, a despeito de suas demandas culturais e políticas. Para esses, as palavras estampadas na bandeira nacional, nada representam se não o ideário conservador

e autoritário em nome do qual muitos brasileiros e brasileiras foram exterminados como os sertanejos de Canudos.

Em sua primeira visita à região Nordeste, depois de seis meses de governo e de duas visitas aos Estados Unidos da América, o Presidente Jair Bolsonaro, que, durante a campanha eleitoral, não encontrara um grande apoio por parte do eleitorado nordestino, afirmou que estava pisando em solo brasileiro e não nordestino. Apesar do aparente tom de conciliação, a fala do presidente, para além de ratificar a vitória de um projeto político que não fora apoiado pela maioria dos nordestinos, abrange a negação das demandas próprias da região, as quais, ao invés de comporem, juntamente com as expectativas das demais regiões, um quadro geral das preocupações governamentais, devem se submeter a um projeto central e arbitrário.

Euclides da Cunha, em 1902, conseguiu captar melhor que Bolsonaro a diversidade do povo brasileiro. O escritor sabia que caminhar sob o sol do Nordeste significava perseguir os rastros de uma população com uma formação histórica e cultural específicas no cenário brasileiro. Sabia que essa população tinha necessidades, propósitos e expectativas em relação ao Estado também particulares. Não quis, contudo, ouvir as considerações dessas pessoas ou não considerou o que ouviu, preferindo ditar como essa população poderia se encaixar no projeto nacional de que comungava.

Diante da riqueza natural e humana do Brasil, Euclides da Cunha capitulou. Suas contradições, seu imenso vocabulário, seu vasto, embora superficial conhecimento científico, sua verve literária, todos esses recursos foram empregados na sanha de domar a diversidade do Brasil, de capturá-la em um formato que as mentes de seu tempo pudessem abarcar. Um empreendimento audaz que figura como um exército de milhões de Golias sendo enfrentado por um único Davi, armado apenas com uma pena e um papel ou como um bando de sertanejos a enfrentar os soldados e os canhões do Exército.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. **Arqueologia de um livro monumento: Os sertões sob o ponto de vista da memória social**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARRUDA, João. **Canudos: messianismo e conflito social**. Fortaleza: UFC, 2006.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BERNUCCI, Leopoldo. Os sertões. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha**. São Paulo: USP, 1995.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand, 1989.
- CALABRIA, Éricka. **O estudo do espaço na sociologia** (mimeo). Recife: PPGS-UFPE, 2018.
- CALASANS, José; GALVÃO, Walnice Nogueira; HOUAISS, Antônio; GALOTTI, Osvaldo. **Euclidianos e conselheiristas: um quarteto de notáveis**. São Paulo: Terceiro nome, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação da Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O pecado original da república**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014
- Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CUNHA, Euclides da. **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Via Leitura, 2016.
- \_\_\_\_\_. **À margem da História**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Os Sertões**. São Paulo: três, 1973.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **Euclides e Os Sertões: entre a literatura e história**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. São Paulo: Cia das letras, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: 34, 1997. vol.5.
- DIMAS, Antônio. **O turbulento e fecundo Silvio Romero**. In: BOTELHO, Andre; SCHWACZ, Lilia. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. **Seleção para jovens**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global, 2004.
- GALOTTI, Osvaldo. Prefácio. In; CUNHA, Euclides. *À margem da História*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- GARCIA, Carlos. **O que é Nordeste Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- KOTHE, Flávio. **Declives da Cunha**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- LIMA, Luiz Costa. **Euclides da Cunha. Contrastes e Confrontos do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Terra ignota: a construção de *Os Sertões***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Annablume, 2008.
- MBEMBE, Achille. **As formas africanas de auto-inscrição**. In: Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 172-209.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. **A guerra total de Canudos**. São Paulo: Escrituras, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Fundarpe, 1985.
- NEIBURG, Frederico. **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp, 2001.
- OLIVEIRA JR, Wenceslao Machado de. **Lugares geográficos e(m) locais narrativos**. In: MARANDOLA JR, Eduardo. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. **A construção do discurso científico de Euclides da Cunha: análise da Geologia em Os sertões**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- SANTOS, Milton. **Região: Globalização e identidade**. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). *Conhecimento e reconhecimento: Homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **A imaginação política brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
- SCHILLING, Voltaire. **América: a história e as contradições do Império**. Porto Alegre: Lpm, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- SUASSUNA, Ariano. **Almanaque armorial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- VASCONCELLLOS, Pedro. **Dos escombros à luz**. Prefácio. In; CONSELHEIRO, Antônio. *Apontamentos dos preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para a salvação dos homens*. São Paulo: É realizações, 2017.
- VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha no vale da morte**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.
- ZILBERMAN, Regina. **Euclides e os outros**. In: FERNANDES, Rinaldo (org.). *O Clarim e A oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002.